

DOIS DIÁLOGOS NO RENASCIMENTO PORTUGUÊS: JOÃO DE BARROS E GÂNDAVO

Carolina Pereira Vicente

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro como quesito para a obtenção do Título de Mestre em Letras Vernáculas (Literatura Portuguesa).

Orientador: Prof. Doutor Jorge Fernandes da Silveira

Co-Orientadora: Prof^ª. Doutora Sheila Moura Hue

Rio de Janeiro
Agosto de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CDD
946.9
V632d

VICENTE, Carolina Pereira.

Dois diálogos no Renascimento Português: João de Barros e Gândavo /
Carolina Pereira Vicente. – Rio de Janeiro: 2008.

96 f.; 30 cm.

Orientação: Jorge Fernandes da Silveira; Co-orientação:
Sheila Moura Hue.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Inclui anexo, ilustrações e bibliografia.

1. Renascimento Português. 2. João de Barros. 3. Pero de Magalhães de Gândavo. I.
Título.

Dois diálogos no Renascimento Português: João de Barros e Gândavo
Carolina Pereira Vicente
Orientador: Professor Doutor Jorge Fernandes da Silveira
Co-Orientadora: Professora Doutora Sheila Moura Hue

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas (Literatura Portuguesa).

Examinada por:

Presidente, Prof. Dr. Jorge Fernandes da Silveira, Orientador

Prof^a. Doutora Sheila Moura Hue, Co-orientadora

Profa. Dra. Marcia Maria Arruda Franco (USP)

Prof. Dr. Ronaldo Menegaz (PUC-RIO)

Prof^a. Dr^a. Célia Regina dos Santos Lopes, suplente (UFRJ)

Prof. Dr. Henrique Fortuna Cairus, suplente (UFRJ)

Rio de Janeiro
Agosto de 2008

*Esta dissertação é dedicada à memória da minha mãe, Carmem Pereira
Vicente, a poesia mais doce da minha vida!*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, ao Deus manifesto, alegria minha e por quem vivo.

Ao meu sempre amado pai, Dr. Adeilson Vicente, de quem herdei o prazer pela busca do conhecimento;

Ao CNPq pela bolsa de pesquisa, sem a qual teria sido muito difícil a conclusão deste trabalho;

Ao meu querido orientador, Jorge Fernandes da Silveira por me emprestar, sem muitas garantias de retorno, um pouco de seu tempo e muita sabedoria. Por ter sido amigo e sempre disposto a ajudar, por ter se colocado a disposição para todo tipo de assunto e o ter feito com o coração sereno;

A minha querida “co”-orientadora, Sheila Moura Hue por ter feito despertar em mim, ainda nos idos tempos da graduação, a paixão pelos textos do século XVI. Pelo trabalho sério e competente, pela amizade que me confiou, por acreditar num potencial que nem eu mesma imaginava que tivesse, pela paciência com que guiava meus passos pelos caminhos portugueses dos primeiros séculos e pelo incentivo sempre presente;

Ao Prof. Dr. Ronaldo Menegaz pela confiança e pronta aceitação do convite para compor a banca de exame;

Ao Prof. Dr. Henrique Fortuna Cairus pela gentileza de ter aceitado de tão bom grado um convite feito em um tempo pouco hábil;

A Prof^a. Dr^a. Márcia Arruda Franco por ter recebido meu trabalho com boa vontade mesmo tendo tão pouco tempo para ler;

A minha amada família, pelo apoio nas horas certas, pela paciência nas madrugadas em claro, pelo amor incondicional, por acreditar em mim: Leilane Vicente (irmã querida!), Matheus Vicente (irmão querido!), Baby, Ellen, Ana Beatriz, Evellyn Nicole, Tia Ilma e Tio Domingos dos Santos (pelas viagens de fuga para São Paulo, pelo carinho e ajuda em tempos difíceis), Pâmella Monique (pelas palavras de incentivo sempre presentes!), Eliane Márcia (pela força, marca indelével de sua conduta), Franczy Luciana, Frank Vilmar, Adriana Monteiro (pelo apoio e incentivo de sempre), tio Carlinhos, tia Sônia, meus queridos primos e primas... Ao mais novo membro da família Vicente, (meu sobrinho ou sobrinha ainda sem nome e sem identidade), desde já muito amado por mim e por todos...

Aos amigos de verdade que sonharam comigo, meu muito obrigada: Rogério Azevedo Jr. (muitíssimo obrigada!) e família (amo a todos!), aos amigos de ontem e sempre Cinthia e Ramiro Silva (pelo abrigo em tempos de crise), Priscila Cabral (encorajadora), Fabiana Coutinho (finalmente terminei!!), Leninha Oliveira e família (pelo amor e amizade tão especiais), Júlia Rodrigues (discípula amada), Aline Oliveira, Wandercy Carvalho (Mestre!), Lizandra Seabra (desde os tempos do Latim), Paulo Roberto Paiva (Paulinho!), Rhea

Willmer (se não fosse você eu teria perdido a bolsa! Pelas idéias e amizade hospitaleira), Penha e Soninha (companheiras de projetos, incansáveis na luta pela educação de qualidade!), a Lenice pela ajuda na tradução do resumo em francês, aos colegas de Graduação e de Mestrado, aos caríssimos amigos, irmãos das Igrejas Batistas no Horto, e na Rocinha obrigada pelas orações sempre presentes, àqueles de quem possa não ter lembrado (nunca esquecido!).

Aos funcionários das bibliotecas da Faculdade de Letras da UFRJ, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do Real Gabinete Português de Leitura, da Pontifícia Universidade Católica (PUC), especialmente ao Bira (UFRJ) e à Vera Oliveira (PUC) por providenciarem os livros mais escondidos, por facilitarem nos prazos de entrega.

RESUMO

Dois diálogos no Renascimento português: João de Barros e Gândavo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro como quesito para a obtenção do Título de Mestre em Letras Vernáculas (Literatura Portuguesa).

Palavras-chave:

Renascimento português; diálogo; Questão da Língua; João de Barros; Pero de Magalhães de Gândavo; Língua Portuguesa.

O século XVI marca o início de um processo de consolidação da língua portuguesa, que começava a assumir características modernas. Este trabalho trata de duas obras publicadas neste período: o *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, de João de Barros, de 1540, e o *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*, de Pero de Magalhães de Gândavo, impresso em 1574. Ambas foram publicadas em anexo às obras gramaticais — *Gramática da Língua Portuguesa* e *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e Ortografia da Língua Portuguesa*, respectivamente—, e retratam um panorama cultural, social e lingüístico da língua portuguesa num mesmo cenário, o Renascimento Português, porém em épocas distintas e que apresentavam diferentes contextos políticos.

Por meio da comparação dos dois textos, pretendemos apontar os resultados diretos do movimento de valorização dos idiomas vernáculos em Quinhentos— também conhecido por Questão da Língua— que teve início na Itália, com Dante e posteriormente ganhou adeptos em toda Europa.

Apontamos ainda o fato de que enquanto João de Barros, no início do século, louva uma língua ainda falta de vocábulos, deslustrada, Gândavo, trinta e quatro anos mais tarde, defende uma língua portuguesa que já tinha sido ilustrada por escritores da geração de Camões, ratificando a soberania da língua portuguesa frente aos outros idiomas, sobretudo, ao latim e ao castelhano.

RESUMÉ

Deux dialogues à Renaissance portugaise: João de Barros et Gândavo

Mots-clefs: Renaissance portugaise; Question de la Langue; João de Barros ; Pero de Magalhães de Gândavo; Langue Portugaise.

Le XVIème siècle marque le début un processus de consolidation de la langue portugaise, qui avait commencé à prendre des caractéristiques modernes. Cette recherche analyse deux oeuvres publiées à cette époque: *Le Dialogue en louange de notre langue*, chez João de Barros, en 1540, et le *Dialogue en défense de la langue portugaise*, chez Pero Magalhães de Gândavo, de 1574. Cettes oeuvres sont publiées comme appendice dans autres ouvrages grammaticaux: *Grammaire de la Langue Portugaise* et *Règles qui enseignent le façon d'écrit et Orthographe de la Langue Portugaise*, respectivement -, et peignent un panorama culturel, social et linguistique de la langue portugaise dans un même context historique, la Renaissance Portugaise. Toutefois, ça c'est passe dans différents périodes qui ont présentés une vie politique diverse.

En faisant la comparaison entre ces textes, fut possible démarquer les resultats directs du mouvement de valorisation des idiomes vernaculaires dans cet siècle – aussi connu comme Question de la langue – qui a commencé en Italie, chez Dante et qui plus tard a gagné des adeptes en toute l'Europe.

On rappelle ici que João de Barros, au début du XVIème siècle, loue une langue qui présente encore une absence de termes vocabulaires, non illustré; tandis que Gândavo, trente-quatre années plus tard, défend une langue portugaise déjà illustré pour nombreuses écrivains de la même générations de Camões, en affirmant la souveraineté de la langue portugaise devant l'autres langues, surtout, le latin et l'espagnol.

*Floresça, fale, cante, ouça-se e viva
A portuguesa língua, e já, onde for,
Senhora vá de si, soberba e altiva.*

*Se téqui esteve baixa e sem louvor,
Culpa é dos que a mal exercitaram,
Esquecimento nosso e desamor.*
(Antônio Ferreira, *Poemas Lusitanos*)

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA-----	Página 4
AGRADECIMENTOS-----	Página 5
RESUMO-----	Página 7
RESUMÉ-----	Página 8
EPÍGRAFE -----	Página 9
INTRODUÇÃO-----	Página 11
CAPÍTULO I—ALGUMAS QUESTÕES: DIÁLOGOS EM LOUVOR E DEFESA----- -----	Página 22
CAPÍTULO II— O DIÁLOGO EM LOUVOR: JOÃO DE BARROS-----	Página 29
CAPÍTULO III—O DIÁLOGO EM DEFESA: PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO-----	Página 47
CAPÍTULO IV— TRAÇOS EM COMUM NA COMPARAÇÃO DOS DOIS DIÁLOGOS -----	Página 63
CONCLUSÃO-----	Página 86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	Página 91

INTRODUÇÃO

Idioma oficial de oito países no mundo¹, presente nos cinco continentes, contando com mais de 250 milhões de falantes, a língua portuguesa percorreu um longo caminho de afirmação até ganhar *status* de língua normatizada, representante legal de um povo.

A história evolutiva da língua nos afirma que até o século IX o que existiu na região da Península Ibérica foi um estágio de latim vulgar e outras línguas vulgares a que chamavam de *romance*. O romance, ou românico, marca a época conhecida como Pré-história da língua, porém não existem registros de textos redigidos nesse período. Os primeiros registros de textos escritos em língua portuguesa datam do século XII, época em que a língua já havia assumido outra conotação, sendo chamada de galego-português. É em galego-português que estão, por exemplo, os textos dos trovadores e jograis da Idade Média, marco inicial da nossa literatura.

O início do século XVI pontua o período em que a língua começa a assumir uma conotação já bastante parecida com a que conhecemos nos dias de hoje. A era moderna da língua portuguesa encerra o período que a antecede, convencionalmente chamado de *arcaico*.

O *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, publicado em 1516, figura como espécie de divisor entre os dois períodos da história da língua, que já no início do referido século tem claras representações dessa modernidade

¹ Atualmente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor Leste são países lusófonos. Ainda existem algumas pequenas comunidades conquistadas no século XVI pelos portugueses que conservam a língua portuguesa, tais como Macau (China), Goa (Índia) e Málaca (Malásia).

presentes nos livros publicados por insignes humanistas como João de Barros e Damião de Góis, por exemplo.

No plano político, já desde o século XV Portugal lançava-se às conquistas de novas terras. Descobriam-se novos mundos, novos comércios eram estabelecidos e com isso crescia entre os gramáticos a preocupação com o ensino da língua portuguesa.

Com as grandes navegações, a língua portuguesa singrou por mares antes ignotos, chegando a terras onde precisava fixar raízes a fim de servir de idioma mediador. Sem dúvidas não podemos dissociar a importância das navegações portuguesas do movimento de valorização da língua, que teve maior representação a partir da primeira metade do século XVI. Segundo Jorge A. Osório (1985, p.48) “afirmar a superioridade das letras fazia parte de um projeto de difusão do português como língua imperial”. Ratificando essa afirmação, encontramos em João de Barros, autor da segunda gramática da língua portuguesa e um dos autores a ser estudado neste trabalho, além dos motivos imperiais de difusão da língua, motivações evangélicas, imputando ao idioma responsabilidade direta na evangelização dos povos recém-alcançados. Referindo-se ainda ao espírito catequizador das empreitadas portuguesas, Barros, de acordo com Marcia Arruda Franco (1999)², reforça a defesa da *lusitanitas*, o que, durante o século XVI “se justifica pela permanência do espírito cruzadista no pensamento do humanismo cristão lusíada”. De fato, percebemos ao longo da sua obra gramatical uma preocupação com a língua que almeja ver entre os povos distantes da Ásia e África; para o autor, essa expansão ultramarina da língua

² FRANCO, Marcia Arruda. *Sá de Miranda e a Defesa e Ilustração da Língua Portuguesa*. Revista Scripta - Lingüística e Filologia, Belo Horizonte: 1999.

materna também era uma forma de reconhecê-la como digna de ser veículo de cultura. Ainda sobre o assunto, Fernão de Oliveira, autor da primeira gramática portuguesa, antecipando a preocupação com o caráter expansionista da língua de Barros nos vai dizer:

(...) apliquemos nosso trabalho à nossa língua e gente e ficara com maior eternidade a memória dele e não trabalhemos em língua estrangeira mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possam ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos deles louvadas e amadas porque a semelhança e causa do amor e mais as línguas. E ao contrário vemos em África, Guiné, Brasil, e Índia não amarem muito os portugueses que entre eles nascem só pela diferença da língua.
(OLIVEIRA, 1988, cap. V, APUD Scripta, 1999, pág. 193)

Estudaremos de maneira breve alguns motivos que levaram gramáticos portugueses a defenderem e louvarem a língua a partir do século XVI.

Sabemos que na Idade Média o modelo de língua e gramática a ser seguido e estudado era o latino. No período seguinte, no Renascimento, buscava-se no latim as regras do bem falar e do bem escrever a fim de aplicá-las aos demais idiomas vulgares; línguas até então inexpressivas, mas que traduziam em idioma vernáculo as necessidades e anseios de seus falantes.

É opinião corrente que toda a grandeza e prestígio conferidos ao latim foi conseqüência direta da ilustração e ornato que lhe deram os doutos poetas que se utilizavam desta língua para expressar seus mais altos conceitos e teorias. Sobre isso, referindo-se à afirmação de Fernão de Oliveira, Franco (1999) nos fala:

Oliveira reconhece que o grego e o latim não foram sempre línguas cultas, mas sim cultivadas e divulgadas, e exorta os portugueses a aprimorarem a sua própria, através do cultivo e do ensino do português. Para o primeiro gramático português, os homens fazem as línguas e não o contrário; nesse momento de codificação e divulgação do idioma materno é preciso cultivá-lo e difundi-lo através das Letras, da história e do ensino da gramática, para que a língua portuguesa, como os antigos idiomas grego e latino, construa o seu império e continue a viver na memória dos homens.

(FRANCO, *Sá de Miranda e a Defesa e Ilustração da Língua Portuguesa*.
Revista Scripta, pág. 195, Apud)

Marcia Arruda Franco segue ainda chamando a atenção para o fato de que alguns gramáticos portugueses do século XVI como Fernão de Oliveira, João de Barros e Gândavo, entre outros, buscavam nas fontes clássicas apenas modelos em que fundamentar o prestígio da língua vulgar, criticando a cultura humanística que se voltava toda para o ensino das línguas clássicas. Ainda assim, não faltavam exemplos de escritores que valorizavam o grego e o latim em detrimento das línguas vulgares, algumas ainda sem representação literária expressiva.

O movimento de valorização das línguas vulgares teve como um de seus primeiros defensores o poeta florentino Dante Alighieri. Advogando a causa do idioma italiano, redigiu em pleno século XIV sua obra-prima, *A Divina Comédia*, preterindo do latim em favor do idioma vernáculo e pontuando um anseio de valorização dessa língua que iria se perpetuar pelos séculos seguintes. Além da obra em língua italiana, Dante foi responsável também por escrever um tratado em defesa do idioma vernáculo: o *De Vulgari Eloquentia*. Escrito curiosamente em latim, o texto, —que deveria conter pelo menos quatro livros, mas que foi interrompido subitamente no capítulo XIV do livro segundo—, procurava mostrar aos prosadores e rimadores contemporâneos ao poeta, —que se expressavam literariamente em latim e que com certa frequência citavam autores gregos em suas obras—, as razões e os meios que pautavam o recente sucesso literário do vulgar. Motivos esses que poderiam apontar resultados muito superiores para obras escritas em vernáculo do que os alcançados pelos idiomas clássicos, o que, de certa

forma, justificaria também o esforço do poeta em expressar-se em idioma vulgar.

A partir dessa inovação lingüística, iniciada pelos escritores italianos e que anos mais tarde alcançaria também outros homens de letras em diferentes países da Europa, e através das facilidades advindas com a introdução da imprensa em Roma na segunda metade do século XV, os textos em língua vulgar começaram a ganhar uma nova conotação. Reproduzidos em grande quantidade, alcançaram um público-leitor de número bastante expressivo, e com o aumento das obras publicadas em língua vulgar, buscava-se certa uniformização da ortografia utilizada, preocupação inexistente até então.

Todas essas manifestações e tentativas de impor o idioma vernáculo como substituto do latim e do grego e como expressões de uma cultura nacional própria compuseram um movimento a que se convencionou chamar de “Questão da Língua”. Sobre isso, Maria Leonor Carvalhão Buescu (1978) nos diz:

Durante o século XV assiste-se, portanto, a um progressivo movimento de imposição do uso do vernáculo, em concorrência com o latim, nos níveis literário, científico e administrativo. Provisões e decretos visam à paulatina mas definitiva substituição do latim pelas línguas vernaculares ou vulgares. Generalizam-se as traduções, com privilégio para Cícero, Tito Lívio, Virgílio, Horácio e Plínio.

Os homens do Renascimento são conduzidos à chamada “**questão da língua**” e, logo, à revisão do conceito e do esquema gramatical, que terá de corresponder à feição diferenciada das línguas modernas em relação ao latim. (...) Não se trata, portanto, no Renascimento, de tentar reviver e admirar passiva e acriticamente o passado clássico. Trata-se, principalmente, de revestir esse legado numa arte nova.

(BUESCU, *Gramáticas Portugueses do Século XVI*, pág. 15. Grifo nosso)

Efetivamente, houve no Renascimento um cuidado por parte dos estudiosos em valorizar questões relativas à nacionalidade. Os exemplos extraídos dos autores clássicos foram, como vemos, apenas suportes,

fundamentos nos quais os gramáticos apoiaram seus argumentos. E, quanto àqueles que conservaram postura arcaizante, defendendo a primazia do latim acima de todas as outras possibilidades, logo se viram sem espaço de ação diante das cada vez mais freqüentes manifestações de afirmação da nacionalidade e valorização do vernáculo.

João de Barros, gramático consciente de sua função social e pedagógica, abraça a questão da língua requerendo para o português o louvor conferido ao latim. Para isso, elabora um projeto didático-pedagógico contendo uma Gramática, uma cartilha para aprender a ler e escrever, e dois debates em forma de diálogo entre um pai e um filho: o *Diálogo da Viciosa Vergonha*, e o *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*. Neste, o autor trata de questões diversas a respeito do ensino da língua portuguesa; naquele, discorre sobre temas morais a respeito da vida dos jovens. Dedicada aos meninos e moços, a cartilha para os primeiros anos de aprendizado é ricamente ilustrada. As letras apresentadas aos alfabetizando possuem palavras correspondentes também sob a forma de desenhos, a fim de facilitar a visualização e a memória dos pequenos aprendizes. Como acreditava no poder evangelizador da língua, o gramático publica a obra com os mandamentos da Santa Madre Igreja Católica, a fim de levar, também por meio dos ensinamentos religiosos, os motivos de louvor da língua materna. A *Cartinha*, como também ficou conhecida a obra, foi o primeiro livro didático da Europa e atualmente compõe o quadro de obras raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, única instituição a possuir um exemplar da *Gramática*.

O *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem* ostenta uma variedade lingüística dirigida a um público assumidamente conhecedor do latim. Os altos conceitos tratados ao longo da exposição como, por exemplo, a especulação acerca de qual tenha sido o primeiro idioma falado no mundo, ou ainda, as evocações criacionistas explicadas pelas mitologias grega e latina, pressupõem um mínimo de conhecimento por parte do receptor da obra. Há ainda a preocupação do autor em provar a filiação da língua portuguesa com o latim, fator de prestígio a um idioma que buscava reconhecimento e afirmação.

Anos mais tarde, Pero de Magalhães de Gândavo publica as *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e Ortografia da Língua Portuguesa*. Anexada à obra está o *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*. Retratando de modo mais direto sobre a marginalidade que a língua experimentava, uma vez que o diálogo é travado entre um personagem português e um castelhano, Gândavo se detém em assuntos não tão polêmicos quanto os abordados por seu antecessor, João de Barros. Suas *Regras* são dirigidas àqueles que “não são latinos”. O *Diálogo em Defesa* está centrado na disputa de dois representantes legítimos do português e do castelhano que, cada um a sua maneira, defendem seus idiomas maternos requerendo para eles a soberania e prestígios que julgavam merecidos, como observa Buescu (1971):

(...) Enquanto Barros tentava demonstrar as excelências da língua portuguesa a partir da sua “conformidade com o latim” e em confronto com as outras línguas, Gândavo restringe-se à polémica da competição entre o português e o castelhano, colocando-se numa posição inteiramente pragmática; efetivamente— e no século seguinte, pelo menos na primeira metade, os fatos vieram demonstrá-lo— era a língua castelhana e não outra qualquer que punha em risco o prestígio e circulação do português. (BUESCU, *Gramáticos Portugueses do Século XVI*, pág. 48/49)

Apesar de não gozar da mesma formação acadêmica de seu antecessor que fora criado no paço real, Gândavo em seu *Diálogo em Defesa* cita nomes de poetas e escritores que, não abrindo mão de publicar em português, preteriram do uso do castelhano como idioma de expressão literária. Dentre os nomes mencionados pelo autor destacamos os dos poetas Antônio Ferreira, que só escreveu em língua portuguesa, o de Camões, que redigiu a epopéia portuguesa toda em vernáculo, e Sá de Miranda, poeta que introduziu em Portugal os gêneros clássicos e foi o primeiro a escrever uma comédia em idioma vulgar. Sobre Sá de Miranda, a quem Gândavo chama de “verdadeiro português” e que encabeça a lista de autores notáveis, devido a sua primazia em expressar-se poeticamente em português, escreve Marcia Arruda Franco (1999)

A obra mirandina, por seu cunho humanista e pela atitude renascentista de emular os modelos clássicos em vulgar, justifica a alcunha de Garret, que considera Miranda o “pai da moderna poesia portuguesa” (Garcia, 1984, p.99). Para os autores do século XVI, o teatro mirandino teve importância capital no movimento de ilustração do português. O seu exemplo influi na escrita de uma história em vulgar e, ao lado das celebrações Cartas e de algumas élogos escritas em português, como *Basto*, *Montano* e *Encantamento*, justifica para o discurso filológico a dignidade expressiva do português como idioma europeu e não apenas como dialeto ibérico.

(FRANCO, *Sá de Miranda e a Defesa e Ilustração da Língua Portuguesa*, 1999, pág. 192)

Se com o *Diálogo em Defesa* Gândavo tem a intenção de mostrar a ilustração da língua portuguesa e sua perfeita habilidade para expressar gêneros clássicos e quaisquer outros modelos poéticos, com sua obra gramatical, as *Regras de Ortografia*, parece querer mais sugerir do que impor normas de uma grafia única da língua, como nota Buescu:

Pretende não fazer doutrina, mas ensinar a escrever bem e pronunciar corretamente, restaurando o prestígio da língua, para que os portugueses deixem de cometer erros que a deslustram e os deslustram. Dirige-se especialmente “aos que não são latinos”, porque os erros mais comuns provêm da ignorância dessa língua.
(BUESCU, *Gramáticos Portugueses do Século XVI*, pág. 48)

Semelhantemente ao que fizeram João de Barros e Gândavo, outros gramáticos levantaram também a bandeira em defesa do português. Fernão de Oliveira, autor da primeira gramática da língua, publicada em 1536, e Duarte Nunes de Leão, com suas obras *Ortografia da Língua Portuguesa* (1576) e *Origem da Língua Portuguesa* (1606), também requisitaram para a língua o prestígio que lhe era devido. Estes, entretanto, não se valeram de obras apenas como o fizeram os autores dos *Diálogos*. Antes, a apologia da língua se fez no corpo das obras gramaticais. Vale destacar que Nunes de Leão aponta dentre tantas virtudes da língua a sua dificuldade. Ao afirmar “que não é falta de bondade da língua portuguesa não ser comum a tantas gentes como a castelhana”, o autor requer para o idioma uma diferenciação que lhe confere nobreza; o fato de possuir uma língua que exige maior esforço, e por que não dizer, inteligência por parte daqueles que porventura a queiram tomar por sua é o grande diferencial evocado pelo autor para louvar a língua materna. Essa constatação ratifica o que João de Barros, anos mais cedo, já havia dito: o fato de a língua materna não ser de tão fácil aprendizado tornava-a nobre e digna de louvor.

Pretendemos neste trabalho buscar, através da análise comparativa do *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, de João de Barros, e do *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*, de Gândavo, os motivos que levaram estes dois homens do Renascimento a tecerem louvores à língua em momentos tão distintos da história de Portugal: a língua que João de Barros

quer ver ilustrada, ornada e digna de prestígio na primeira metade do século não é a mesma que Gândavo, já no último período do século consegue ver ilustrada, digna de louvor, capaz até mesmo de ostentar uma lista de autores que através de suas publicações ratificavam a soberania do idioma que professavam.

Nesta introdução, expomos alguns estágios do processo evolutivo da língua portuguesa. No primeiro capítulo tratamos sobre a “Questão da Língua” buscando explicações para esse movimento no cenário do século XVI em Portugal, de modo específico.

Os dois capítulos que seguem tratam diretamente dos dois diálogos: o *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, de João de Barros, no segundo capítulo, e o *Diálogo em Defesa da Língua portuguesa*, de Gândavo, no terceiro capítulo. Ambos os capítulos estão estruturados basicamente sob os mesmo moldes. Após uma breve biografia de cada autor, procuramos situá-los citando as obras relevantes publicadas e a contribuição de cada um deles no movimento de ilustração da língua portuguesa. Em seguida, pormenorizamos o conteúdo dos *Diálogos*, ressaltando curiosidades e informações relevantes.

O quarto capítulo trata da comparação dos dois *Diálogos*, e começa com a avaliação dos elementos paratextuais (capas, portadas, alvarás e licenças) que compõem essas obras. Buscamos encontrar nos dois textos semelhanças e marcas que confirmem traços de intertextualidade entre os dois autores, ratificando a idéia de que Gândavo foi leitor de Barros.

Na conclusão, voltamos o foco para algumas manifestações hodiernas de tentativas de ilustração da língua portuguesa. Ainda que por meio de leis e

considerações que beiram, por vezes, os limites da intolerância lingüística, consideramos tais expressões como resultados indiretos desses tratados, diálogos e afins que tiveram amplo espaço de atuação no século XVI. Manifestações de artistas, intelectuais e até políticos que, a despeito de quaisquer outros objetivos, intentam louvar a língua materna, acreditando estarem plantadas nela as bases seguras de representação soberana da nação que representa.

Serviram de base para a pesquisa as edições de Maria Leonor Carvalhão Buescu, a saber, a *Gramática da Língua Portuguesa seguida da Cartinha para aprender a ler, o Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem e o Diálogo da Viciosa Vergonha* (1971) e as *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortografia da língua portuguesa com um diálogo que segue em defesa da mesma língua* (1981), e a edição de Sheila Moura Hue, *Diálogos em defesa e louvor da língua Portuguesa* (2007).

CAPÍTULO I

ALGUMAS QUESTÕES: DIÁLOGOS EM LOUVOR E DEFESA

O século XVI foi marcado por intensas manifestações de afirmação de nacionalidade. Em diversos países da Europa surgem as primeiras tentativas de normatização das chamadas línguas vulgares. Gramáticas, tratados e regras de ortografia abundam na França, Espanha e em Portugal. Desafiando a hegemonia lingüístico-cultural do latim, a língua de cultura de então, os humanistas do Renascimento atuam como porta-vozes do ideal pré-esboçado por Dante e Petrarca, na Itália, ao se tornarem paladinos do idioma vernáculo e ao defendê-lo como língua de expressão literária, tal como ocorrera com o Toscano.

Maria Leonor Carvalhão Buescu, em seu livro *Gramáticos Portugueses do Século XVI* (1978), nos chama a atenção para um fato curioso: “o advento da imprensa coincide cronologicamente com os primeiros gramáticos italianos”. Com isso, algumas obras puderam ser publicadas em maior escala e alcançar um público-leitor mais expressivo do que alcançavam os manuscritos.

Em 1492 Antônio de Nebrija, publica a *Gramática Castelhana*, a pioneira acerca de uma língua vulgar na Península Ibérica. Na Itália, em 1495, são publicadas as *Regole*. Em fins do século XV e início do século XVI alguns poetas como Ariosto, Maquiavel, Bembo, Boscán, Du Bellay, Vives e Garcilaso demonstram preocupação em expressar-se em idioma vernáculo.

Particularmente em Portugal esse movimento em torno da Questão da Língua, além do caráter patriótico, nacionalista, teve forte motivação política. Isso porque os proto-

gramáticos não só desfraldaram a bandeira da Língua Portuguesa frente ao idioma latino, mas também precisaram fazê-lo diante da “ameaça” constante do castelhano, que já figurava como uma segunda língua na corte portuguesa. Acerca do bilingüismo na corte portuguesa Paul Teyssier em sua *História da Língua Portuguesa*³ nos diz:

Entre meados do século XV e fins do século XVII o espanhol serviu como segunda língua para todos os portugueses cultos. Os casamentos de soberanos portugueses com princesas espanholas tiveram como efeito uma certa ‘castelhanização’ da corte. Os sessenta anos de dominação espanhola (1580-1640), que se situam no período mais brilhante do “Século de Ouro”, acentuaram esta impregnação lingüística.
(TEYSSIER, *História da Língua Portuguesa*.)

A fim de legitimar a soberania da Língua Portuguesa ante os demais idiomas (principalmente ante o castelhano) os literatos de Quinhentos empenharam seus esforços. O gênero literário escolhido para essa exaltação da língua foi o *diálogo*. Modelo amplamente divulgado durante o século XVI, o diálogo tornou-se o estilo por excelência dessa época que primava pelas relações interpessoais, uma vez que permitia a exposição de idéias em um colóquio democrático. Acerca do diálogo, Anne Godard em seu livro *Le Dialogue à la Renaissance* (2001), nos diz:

Le dialogue est la formulation écrite d’un débat autour d’une question théorique ou pratique. Qu’il soit présente comme lê compte rendu d’une discussion réelle entre des interlocuteurs existants, ou qu’il mette directement em scène des personnages fictifs em pleine conversation, il presente um débat qui a reuni au moins deux participants, et parfois plus. Em effet, dialogue ne signifie pás “discours à deux”, mais “discours partagé” entre plusieurs interlocuteurs.
(GODARD, *Le Dialogue a la Renaissance*, págs. 5 e 6)

E é exatamente por meio desse gênero que dois grandes humanistas portugueses escrevem; um a fim de louvar a magnitude da língua, e o outro visando defendê-la diante de todos que a julgavam desprovida de honra e incapaz de expressar altos conceitos e valores literários. As referidas obras e seus respectivos autores são: o *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, publicado em 1540 e de autoria de João de

³ TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

Barros, e o *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*, publicado em 1574 e escrito por Pero de Magalhães de Gândavo.

O *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, de João de Barros, traz como personagens o próprio João de Barros e seu filho Antônio, representados pelos epítetos *Pai e Filho*. Estes iniciam a conversa comentando sobre a alfabetização do príncipe, o infante Dom Felipe, para quem João de Barros havia dedicado uma gramática. O *Diálogo*, que era parte integrante de um projeto didático-pedagógico maior, do qual faziam parte também a *Cartinha com os Ensinamentos da Santa Madre Igreja* e a *Gramática da Nossa Linguagem*, tem como público-alvo pessoas cultas, versadas em Latim. O colóquio segue em tom elegante e aborda assuntos diversos como a proximidade da língua portuguesa do latim, a capacidade da nossa língua de expressar qualquer conceito, a facilidade que o nosso idioma confere àqueles que desejem formar novas palavras, entre outros. Entretanto, é reivindicando sua posição de humanista e pedagogo que João de Barros propõe que o ensino do português preceda o ensino do latim nas escolas, denunciando ainda, a total falta de capacitação dos professores para o ofício. Para isso, expõe aos seus interlocutores que os mestres-escola não passavam, na maioria das vezes, de “idiotas” a pôr “escolas de ensinar mininos”.

O *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*, de Gândavo, é um tanto mais ousado do que aquele que o precedera. Ousado no sentido em que apresenta como interlocutores um português —Petrônio— e um castelhano, de nome bastante sugestivo: Falêncio. De maneira geral, Gândavo retoma algumas questões abordadas por João de Barros como questões etimológicas e a busca de provas que ratifiquem a conformidade do português com o latim. No entanto, já não o faz em tom intimista, quase familiar como ocorre no discurso do *Pai* com o *Filho*. Pelo contrário, a postura agora assumida é de uma disputa acirrada entre representantes de nações distintas, defendendo cada qual

seu idioma pátrio. São levantadas questões fonéticas, lexicais e estilísticas de cada língua, sempre pretendendo mostrar a superioridade de uma em relação à outra. O *Diálogo* é destinado ainda aos que não conhecem latim, “aqueles que não sabem que coisa é nome e que coisa é verbo” conforme nos diz o próprio Gândavo no prólogo das *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e Ortografia*, obra a qual o *Diálogo* encontra-se anexado. Em determinado momento do debate, Falêncio aponta o fato de serem os próprios portugueses e não outros que desvalorizavam o idioma materno, uma vez que se valiam do castelhano para publicarem suas obras literárias. Em resposta a tal provocação, Gândavo faz ressoar na voz de Petrônio uma lista de autores contemporâneos comprometidos em escrever em idioma vernáculo, o que tornava infundada e sem efeito a afirmação pretensiosa do representante castelhano. Nomes como frei Heitor Pinto, Diogo Bernardes, Antônio Ferreira e Luis de Camões compunham assim o que podemos chamar o primeiro cânone da língua portuguesa de que se tem notícia. A escolha desses autores privilegia homens que primavam pela escrita em português, e que exibiam um saber erudito pontuado por citações de autores gregos e latinos, enfim, humanistas vinculados à tradição clássica. Por esse motivo, por exemplo, o nome de Gil Vicente, que havia produzido grande número de peças em castelhano e cuja obra apresentava raízes medievais, não consta na lista de Gândavo.

O processo de ilustração do idioma foi muito importante para a formação da língua portuguesa moderna. Ao passo que em 1540 João de Barros tece discurso laudatório a um idioma para o qual reivindica cópia de vocábulos, ornamento e capacidade de expressar altos conceitos, Gândavo, trinta e quatro anos mais tarde, se põe a defender esta língua já ornada e abundante de vocábulos apontando como legítimos representantes desse idioma escritores da geração de Camões, que, ao se expressarem

em português confirmaram o esforço dos gramáticos, servindo-nos hoje como testemunho do nascimento da língua portuguesa tal como a concebemos.

A escolha desse *corpus* para a dissertação tem como motivação primeira o fato de serem “praticamente inexistentes os estudos sobre diálogo quinhentista português”, segundo afirmação de Maria Teresa Nascimento, da Universidade da Madeira⁴. Fato este que contrasta diretamente com o grande número de produções em forma de diálogos publicadas em quantidades significativas por toda a Europa, durante o referido período. Só em Portugal, Roger Friedlein⁵, professor de Filologia Românica da Universidade Livre de Berlim, enumerou quarenta e duas obras publicadas em forma de diálogo. Através dos diálogos era possível abordar assuntos diversos tais como saúde, religião, vida social entre outros, como vemos na lista das obras que seguem:

1. Dionísio, *Dialogus circa quasdam questiones in medicina* (1525)
2. João de Barros, *Ropicapnefma* (1532)
3. Máximo de Sousa, *Intituciones tum lucide, tum compediose* (1535)
4. João de Barros, *Diálogo da Viciosa Vergonha* (1540)
5. João de Barros, *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem* (1540)
6. João de Barros, *Diálogo com dois filhos seus de Preceitos Morais* (1540)
7. João de Barros, *Diálogo Evangélico sobre os Artigos da Fé contra o Talmud dos Judeus* (1543)
8. João de Castro, *Tratado da Esfera por Perguntas e Respostas* (1545-48)
9. João de Castro, *Da Geografia por Modo de Diálogo* (1545-48)
10. Francisco de Holanda, *Diálogos em Roma* (1548)
11. Diogo de Sá, *De Navigatione Libri Tres* (1549)
12. Jerônimo Osório, *De Gloria* (1549)
13. Francisco de Morais, *Diálogos* (1550)
14. Luisa Sigea, *Colloquium duarum virginum de vita aulica et privata* (1552)

⁴ NASCIMENTO, Maria Teresa. *Modelos Clássicos no Diálogo Quinhentista Português*.

⁵ FRIEDLEIN, Roger (HG.). *El Diálogo Renacentista en la Península Ibérica/ Der Renaissancedialog auf der Iberischen Halbinsel*. Franz Steiner Verlag: München, 2005.

15. Jorge de Montemôr, *Diálogo Espiritual* (1552)
16. Samuel Usque, *Consolação às Tribulações de Israel* (1553)
17. Anônimo, *De óbito S.o Principis D. Ludovici Portugalliae Infantis Dialogus cum aliis epigrammatis* (1556)
18. Manuel da Nóbrega, *Diálogo sobre a Conversão do Gentio* (1558)
19. Amato Lusitano, *De capitis vulneribus detecto craneo* (1559)
20. José de Anchieta, *Diálogo da Fé* (1560)
21. Anônimo, *Tratado notável de uma prática que um lavrador teve com um rei de Pérsia* (1560)
22. Jerônimo de Miranda, *Diálogo da perfeição e partes que são necessárias ao bom médico* (1562)
23. Garcia de Orta, *Colóquios dos simples e drogas da Índia* (1563)
24. Frei Heitor Pinto, *Imagem da vida cristã* (1563-72)
25. Marcos Jorge, *Doutrina Cristã* (1566)
26. João de Melo, *Princípios e fundamentos da cristandade* (1566)
27. André de Resende, *Aegidius scallabitanus* (1567)
28. Diogo de Sá, *Inquisição e segredos da Fé* (1567)
29. Frei Álvaro de Torres, *Diálogo espiritual. Colóquio de um religioso com um peregrino* (1568)
30. Jerônimo Osório, *De regis institutione* (1571)
31. Gaspar de Leão, *Desenganos de Perdidos* (1573)
32. João Soares, *Interrogatório brevíssimo para todos os confessores* (1573)
33. Pero de Magalhães de Gândavo, *Diálogo em defesa da língua portuguesa* (1574)
34. Diogo do Couto, *O soldado prático* (1580)
35. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra* (1580-90)
36. Frei Amador Arrais, *Diálogos* (1589)
37. Duarte de Sande, *De missione legatorum iaponensium ad romanam curiam, rebusque in Europa, ac toto itinere animadversis dialogus* (1590)
38. Pedro de Mariz, *Diálogos de Vária História* (1594)
39. Henrique Jorge Henriques, *Retrato del perfecto médico* (1595)
40. Anônimo, *Da mentira e desquerição* (sem data)
41. Anônimo, *Prática da alma com a carne, muito proveitosa para todo fiel cristão* (sem data)

42. Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogo das grandezas do Brasil* (sem data)

Dentre todos estes títulos, em meio a tantos temas abordados, apenas dois diálogos estão voltados ao louvor e defesa da língua portuguesa: os diálogos de João de Barros e de Gândavo.

Outro motivo para a escolha do *corpus* se justifica pelo caráter apologético dessas obras. Em épocas em que se buscava uma identidade lingüística própria, nada seria mais patriótico do que elevar em mais alta honra a língua vernácula. E é exatamente isso o que fazem João de Barros e Gândavo em dois momentos bastante distintos: a língua portuguesa que aquele louva na primeira metade do século, em termos gerais, é a mesma que, posteriormente, já às vésperas da anexação de Portugal pela Espanha, precisa ser defendida por este, não somente dos maus falantes como também daqueles que acreditavam ser o castelhano um idioma mais digno do que o português.

O presente trabalho tem o objetivo de estudar essas obras não-canônicas (visto que o diálogo não se enquadra nos gêneros tradicionalmente estudados) por meio da análise e comparação entre esses autores. Diálogos escritos em língua vulgar, uma vez que alcançavam maior número de leitores, ratificavam ainda mais uma das premissas do Renascimento que primava pela disseminação do conhecimento adquirido.

Somadas todas as razões aqui expostas, este trabalho tem a intenção de, através da observação dos diálogos, compará-los ressaltando aspectos que se apresentem como elementos de identificação e/ou divergência entre eles.

Capítulo II

O Diálogo em Louvor: João de Barros

As armas e padrões portugueses postos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da terra, materiais são, e pode-as o tempo gastar, pero não gastará doutrina, costumes, linguagem, que os portugueses nestas terras deixarem.

JOÃO DE BARROS
Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem

A primeira gramática da língua portuguesa de que se tem notícia é de autoria do português Fernão de Oliveira. A essa tentativa de normatização, o próprio autor, modestamente, chama de “primeira anotação da língua portuguesa”. E de fato pode assim ser apontada, uma vez que o caráter da obra é extremamente pragmático, pautado sobre experiências pedagógicas vivenciadas pelo português, filho de um juiz de órfãos.

A experiência como seminarista e professor de retórica não impede que na *Gramática da Língua Portuguesa*, publicada em 1536, algumas questões apareçam sob a forma de deduções e especulações, o que ratifica o caráter experimental dessas “anotações” que por hora se queriam regras do bem falar e do bem escrever. Alguns exemplos dessas ponderações podem ser observados na sua definição de linguagem, entendida como “figura do entendimento” e em considerações sobre “o modo de falar dos portugueses”, — em que procede a uma abordagem da variação dialetal da língua—, entre outras especulações.

Poucos anos mais tarde, é publicada a *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros. Assim sendo, se à gramática de Fernão de Oliveira restou a nomeação de “anotação”, coube à de João de Barros o título de primeira gramática da língua, em seu

sentido lato. Maria Leonor Carvalhão Buescu, em seu livro *Gramáticos Portugueses do Século XVI* (1978)⁶ nos diz que:

A obra de Oliveira é, efectivamente, um conjunto de curiosas e judiciosas reflexões, de tipo ensaístico. Em suma: uma miscelânea lingüística e cultural.

Inicia-se por uma parte preambular (ausente da gramática tipicamente escolar do seu sucessor), em que define a linguagem. “A linguagem é figura do entendimento”; e expende considerações, apoiado na autoridade dos filósofos antigos, sobre a formação das línguas. Seguem-se algumas páginas sobre “o modo de falar dos portugueses” e a formação do reino. Só depois de se referir à origem dos nomes de Lisboa, Lusitânia, Portugal, de fazer um breve resumo da história dos primeiros reinados, de tomar como exemplo a perdurabilidade da glória romana, devido à imposição da língua aos vencidos, se propõe definir gramática. Refere-se em seguida ao papel de D. Dinis e D. João III no desenvolvimento da instrução e segue um pormenorizado estudo da pronúncia, articulação e grafia dos sons portugueses, a parte talvez mais original da sua obra.

(BUESCU, *Gramáticos Portugueses do Século XVI*, pág. 53 e 54)

Durante as primeiras décadas do século XVI, época da publicação das duas primeiras gramáticas citadas, a tentativa de normatizar a língua portuguesa foi resultado direto do trabalho de gramáticos que tinham como objetivo exaltar a língua nacional frente aos demais idiomas e suas respectivas nações. À frente de um país que ganhava notório destaque internacional, devido à conquista de novos territórios por meio das viagens ultramarinas, deveria estar um sistema lingüístico coeso, caracterizando um povo e uma nação em sua soberania.

Contudo, muito além da preocupação pura e simples com a regulamentação de regras gramaticais, outro assunto permeou este ambiente de descobertas lingüísticas. Era preciso comprovar, ainda que com teorias especulativas, o valor que as línguas que começavam a ser normatizadas possuíam. Para isso, os gramáticos da época se valeram das defesas e apologias das línguas vulgares, exaltando-as e requerendo para elas a dignidade e o prestígio conferidos aos demais idiomas já consagrados, como grego e latim.

⁶ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos Portugueses do Século XVI*. Biblioteca breve, 1978.

Todavia, enquanto alguns autores, como Fernão de Oliveira e Duarte Nunes de Leão⁷, abordam essa questão no corpo de suas obras gramaticais, dois gramáticos optam por fazê-lo de um modo bastante peculiar: por meio de apêndices em forma de diálogos. Esses autores são João de Barros, em 1540, e posteriormente Gândavo, em 1574. Sobre este falaremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

Acerca de João de Barros podemos dizer que foi notadamente um homem do Renascimento. Não se sabe ao certo a data de seu nascimento, mas acredita-se que tenha falecido em sua quinta na Ribeira de Litém no ano de 1570 ou 1571. Buescu (1978) nos fornece alguns dados biográficos citando por vezes dados extraídos de Severim de Faria, biógrafo do gramático:

Nascido em Vila Verde, perto da cidade de Viseu, no nordeste de Portugal (...) foi filho ilegítimo do fidalgo Lopo de Barros, sendo desconhecido o nome da mãe, e foi educado desde muito novo no paço real, por recomendação de seu pai que, antes de morrer, o confiou a D. João de Meneses, mordomo-mor d rei D. Manuel. Casou em 1522 com D. Maria de Almeida, de família fidalga, oriunda de Leiria, de quem teve dez filhos: Jerônimo, Antônio (interlocutores nos seus *Diálogos*, em cuja educação tomou parte ativa, discípulos também de Fernão de Oliveira), João (morto na batalha de Alcácer-Quibir em 1578), Lopo (casado e fixado em Goa), Maria, Isabel e Catarina, sendo desconhecidos os nomes das duas outras filhas. Segundo o seu biógrafo Severim de Faria, João de Barros teria feito uma viagem à Mina (e teria sido a única) onde cumpriu o triênio governativo, mas sobre essa sua deslocação não há documentação segura. (BUESCU, *Gramáticos Portugueses do Século XVI*, pág.57)

João de Barros é considerado um dos mais importantes gramáticos e humanistas do século XVI em Portugal. Sua escrita nos revela que durante muito tempo viveu imerso no ambiente cultural da corte. Desempenhou a atividade de moço de guarda-roupa do então príncipe D. João, futuro rei D. João III e foi durante longos trinta e cinco anos Feitor da Casa da Índia, local de onde extraiu extensa documentação que lhe serviu de base para detalhar tão minuciosamente seus escritos acerca de lugares nos quais nunca esteve.

⁷ LEÃO, Duarte Nunes de. *Ortografia da Lingua Portuguesa*, 1606.

Após a morte de Lourenço de Cáceres⁸, — mestre e secretário do Infante D. Luís, morto em 1531— João de Barros assume o cargo de cronista do rei e passa a escrever as *Décadas* que, conforme afirmação de Buescu (1978) era “um audacioso plano de historiar, sistematicamente, a presença e ação portuguesas nos diferentes continentes do Globo.”

Além da *Gramática*, Barros escreveu ainda outras obras que nos chamam a atenção pela diversidade de conteúdo e interesses manifestados pelo autor que, segundo Buescu (1978), foi:

Novelista e poeta na *Crônica do Imperador Clarimundo* (antes de 1520); filósofo erasmico na *Ropica Pnefma* ou *Mercadoria Espiritual* (1531-32); historiador ns *Décadas*; moralista no Diálogo da Viciosa Vergonha e no Diálogo sobre preceitos morais (1540); pedagogo com a *Gramática* (1539-40); panegirista com o *Panegírico da Infanta D. Maria* e o de *D. João III* (1665). Essa diversidade, porém, vem acentuar o traço que nos parece mais característico da sua personalidade de letrado: o Humanismo. (BARROS, *Gramática da Língua Portuguesa*, pág. IX e X)

João de Barros foi ainda donatário da Capitania do Maranhão, no Brasil, país para onde enviou duas malogradas expedições em busca de ouro. Acredita-se que devido ao fracasso dessas empresas e também à má administração das tenças e regalias que recebia por seus serviços intelectuais prestados ao rei, João de Barros tenha falecido deixando para seus filhos além de uma lista de recomendações que ratificavam seu caráter prudente e moralmente correto, uma série de dívidas. Dentre as recomendações, pedia aos filhos que consolassem a mãe e publicassem as obras que deixava inéditas.

Como um estudioso ligado às questões lingüísticas, João de Barros se dedicou aos assuntos relacionados à normatização das línguas vulgares. Fez um grande projeto didático-pedagógico a fim de englobar os diferentes níveis do ensino, desde a aquisição das primeiras letras até a consolidação da estrutura gramatical da língua portuguesa. Quanto a esse projeto podemos dizer que revelava a intenção do autor de exercer

⁸ Lourenço de Cáceres (?— 1531). Homem de sólida cultura humanística, especialmente nos domínios da ciência histórica e política.

influência sobre a sociedade da época, atingindo pelo menos duas instâncias: os domínios da moral e da religião e o domínio do sentimento cívico. Na verdade, a intenção de Barros era de, através desse projeto pedagógico “oferecer uma obra educativa, essencialmente destinada sobretudo a jovens, isto é, estudantes de tenra idade, a quem o autor não perde uma oportunidade para incutir sãos princípios de vida.” (Buescu, 1971)⁹.

A religiosidade que se queria expandir através das catequeses e ensinamentos transmitidos aos povos recém-conquistados esteve presente na *Gramática da Língua Portuguesa*, conhecida popularmente como *Cartinha para Aprender a Ler*, destinada à alfabetização e que continha uma parte com os mandamentos da Igreja Católica. O outro objetivo consistia em fortalecer nos portugueses um sentimento patriótico, apoiado, sobretudo, no orgulho da gesta ultramarina.

A intenção de Barros era compor um conjunto de obras pedagógicas formado pela *Gramática*, pela *Cartinha com os Mandamentos da Santa Madre Igreja* e os dois diálogos, a saber, o *Diálogo da Viciosa Vergonha* e o *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, e deveriam, segundo plano do autor, ser publicadas em 1539. No entanto, a *Cartinha* precedeu o restante das obras, saindo da tipografia ainda em 1539, ao passo que as demais obras só saíram à luz em 1540. A alteração da ordem pré-estabelecida pelo autor o levou a redigir diferentes prólogos nos quais explicava o motivo das obras que seguiam. Uma dessas explicações encontramos no prólogo do *Diálogo da Viciosa Vergonha*:

Em o prólogo da *Cartinha* e *Gramática da Nossa Linguagem* que dirigimos ao príncipe nosso senhor, prometemos um *Diálogo da Viciosa Vergonha*, por ser esta matéria conveniente à idade dos mininos, em cujo proveito as outras partes se ordenaram. Agora que chegamos a ele, parece que a necessidade pede darmos aqui razas de seu fundamento, porque o impre[s]sor, pelo que lhe tocava, como a *Cartinha* foi impressa, procurou proveito dela, sem olhar a

⁹ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramática da Língua Portuguesa—Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Universidade de Lisboa, 1971.

nossa ordem¹⁰. Porque depois que os mininos saem das letras, que é o leite de sua criação, começam a militar em costumes pêra que lhe[s] convêm armas convenientes aos vícios naturáes de sua idade...
(BARROS, *Gramática da Língua Portuguesa*, pág.412)

Além disso, as obras publicadas com atraso acabaram não atingindo um determinado objetivo: em 1540 o Infante Dom Felipe, filho do rei Dom João III, a quem, de um modo geral, as obras eram dedicadas, já havia falecido¹¹.

“A *Cartinha*, editada em 1539 em Lisboa por Luis Rodrigues, situa-se no prosseguimento de várias tentativas no sentido de proporcionar aos meninos ‘o primeiro leite de sua criação’, com a aprendizagem da língua materna” (BUESCU, 1971). Esse tipo de cartilha de primeiras letras era bastante comum nas casas e escolas do século XVI. No entanto, se não podemos atribuir um caráter inédito à obra de Barros, podemos por outro lado considerá-lo um precursor no que diz respeito ao modo como ilustra a obra, transformando-a num objeto lúdico cuja metodologia de ensino prioriza o método indutivo para melhor aproveitamento dos aprendizes. Dentre as aplicabilidades das *Cartinhas* de aprender a ler e escrever, além de servir aos meninos portugueses levando-lhes as primeiras lições em língua materna, serviam também aos povos conquistados, numa forma de lhes inculcir a fé cristã juntamente com o idioma dos catequistas:

Efectivamente, a consulta do *Catálogo* de Anselmo leva-nos a concluir que houve várias *cartinhas* antes e depois da de Barros (sendo algumas delas apenas reedições), como primeiro livro de ensino. (...) Com efeito, desde 1504, segundo escreve Damião de Góis, existem referências a envios de livros para o Congo, livros que o cronista designa como de doutrina cristã, mas que provavelmente eram já *Cartinhas*.
(BUESCU, *Gramática...*, pág. XXIV)

Apreendidas as primeiras lições, era intenção do autor da *Cartinha* que seus meninos não ficassem desamparados nos estudos secundários. Para isso, imediatamente

¹⁰ A ordem a que o autor se refere é a que aparece na tabuada: *Gramática da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja* (*Cartinha*), *Gramática da Língua Portuguesa e Ortografia com que se há de Escrever*, *Um Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem* e um *Diálogo da Viciosa Vergonha*. (Buescu, 1971)

¹¹ O Infante dom Felipe falecera no ano de 1539.

após os primeiros fundamentos da *Cartinha*, Barros, no mesmo projeto, publica a *Gramática da Língua Portuguesa*.

Tomando como exemplo o modelo da gramática latina, Barros fundamenta e divide a sua *Gramática*, da seguinte forma:

Assi que podemos daqui entender ser a nossa linguagem composta destas nove partes: Artigo— que é próprio dos Gregos e Hebreus—, Nome, Pronome, Verbo, Advérbio, Particípio, Conjunçam, Preposiçam, Interjeiçam— que tem os latinos. Os quaes partem a sua Gramática em quatro partes: em Ortografia, que trata de letera; em Prosódia, que trata de sílaba; em Etimologia, que trata da diçam, e em Sintaxis, a que responde a construçam. À imitação dos quaes (por termos as suas partes), dividimos a nossa Gramática.

(BARROS, *Gramática...*, pág. 294)

O *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem* é uma obra apensa à *Gramática* e tem um papel complementar em relação à obra que sucede:

O presente *Diálogo* constitui, pois ao que parece, o complemento de certo modo especulativo, embora também muitas vezes prático, da Gramática que destinara a “mininos e moços” e que, intencionalmente, despojou de toda a proximidade. (...) O *Diálogo em louvor...*, porém, surge, antes de mais, como correspondendo a uma necessidade de Barros se completar e se esclarecer a si próprio como autor da *Gramática*.

(BUESCU, *Gramática da Língua Portuguesa*, pág. XXX)

O colóquio de que tratamos neste capítulo alterna idéias de dois interlocutores: um *Pai* e um *Filho*. Sabemos, porém, por indícios que nos são apresentados no decorrer do texto, que o diálogo é travado entre o próprio João de Barros e seu filho Antônio, à semelhança do que ocorre no *Diálogo da Viciosa Vergonha*. Em tom de discurso coloquial, porém muito elegante, os dois debatedores tecem perguntas e respostas acerca de questões lingüísticas e gramaticais sobre a língua que ambos almejam louvar.

É como um artesão das palavras que João de Barros tece louvores à língua portuguesa, abordando desde questões que visavam à melhoria do ensino em Portugal até teses especulativas a respeito da origem do primeiro idioma, matriz do qual teriam surgido todos os outros. A opção pela forma de diálogo, que, posteriormente vai ser seguida por Gândavo, deixa transparecer a intenção altamente pedagógica e moderna do

autor, em sintonia com humanistas de outros países que também utilizavam diálogos para se expressar.

É esse gênero que vai caracterizar grande parte das manifestações literárias dos homens do Renascimento; espíritos livres, seres pensantes que através dos diálogos, composições de expressão bastante democrática, fazem valer esse estilo excepcional para a civilização da renascença, época marcada pelo surgimento da individualidade.

O *Diálogo* é dividido em três grandes partes bem organizadas. As primeiras questões especulam sobre o possível primeiro idioma falado no mundo. Apoiando-se em opiniões bíblicas e mitológicas, Barros tece comentários acerca de qual teria sido esse idioma primeiro que deu origem a todas as outras línguas.

A segunda parte bem identificada no *Diálogo* requer para a língua portuguesa a filiação direta com o latim. Para isso são levantadas questões acerca de vocábulos derivados dos dois idiomas em questão, passando ainda pelas concepções de evolução da língua, nesse primeiro momento confundido com a idéia de corrupção. O maior exemplo dado por Barros para fundamentar a filiação latina do português é a citação de um poema laudatório com traços que, supostamente, pertenceriam aos dois idiomas, sem, no entanto, pertencer integralmente a nenhum dos dois idiomas. O estranhamento da linguagem apresentada no poema leva o autor à terceira parte do *Diálogo* em que trata sobre questões de aquisição de neologismos ao vocabulário português. Para finalizar, João de Barros ergue a voz em defesa de uma melhor preparação daqueles que ensinavam os meninos e moços nas escolas, requerendo para tal, pessoas devidamente preparadas para o ofício do ensino escolar. Esse ponto do *Diálogo* acentua o desejo do autor de ver as futuras gerações formadas por indivíduos capazes de pensar livremente.

O *Diálogo* é iniciado com uma pergunta dirigida ao *Pai*: “Senhor, sabe já esta nova?”.

A indagação tem a ver com o príncipe Dom Felipe, filho do rei D. João III, que começara a aprender a ler: contrariando uma aparente expectativa, João de Barros não havia sido o preceptor escolhido para a empresa.

A princípio pode parecer pretensioso o questionamento do filho que informa ao pai o nome do Frei João Soares¹² como responsável pela instrução do infante. Entretanto, tendo em vista que a obra gramatical havia sido compilada para este fim e, ao que parece, por hora não estava sendo aproveitada, uma vez que o clérigo também era autor de uma cartilha, entendemos o tom de decepção atribuído à fala de Antônio.

Proferindo um discurso em que reconhece não ser digno de ser “preceptor de vida e letras” do príncipe e referindo-se às obras já escritas, a *Gramática da Língua Portuguesa* e o *Diálogo da Viciosa Vergonha*, e àquelas que pretendia publicar (*Diálogo da Viciosa Verdade* e *Diálogo do sim e do não*¹³), João de Barros se compromete a, através do *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, exaltar a Língua Portuguesa e fazê-lo de modo tal a fim de que “leve mais ornato que as regras gramaticais” (*Diálogo em louvor*, pág. 42).

Na verdade, a questão que inicia o diálogo pode ser vista como um pretexto para que sejam discutidas algumas outras acerca da língua que se pretende louvar.

O primeiro assunto a ser abordado beira a especulação de qual idioma teria sido o primeiro do mundo. De acordo com Maria Leonor Carvalhão Buescu¹⁴, a língua do Antigo Testamento era considerada a primitiva donde se podiam explicar todas as outras. Apesar de conservar bem firme a visão cristã acerca da criação do mundo, João de Barros nos chama a atenção para o fato de não constar, nem mesmo nas Escrituras, qualquer indício que ateste qual tenha sido o primeiro idioma falado no mundo. O gramático refuta ainda as diferentes versões que se apresentavam a fim de explicar pela

¹² Frei João Soares escreveu a *Cartinha para aprender a ler e escrever*

¹³ Estas obras não chegaram a ser escritas.

¹⁴ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos Portugueses do Século XVI*, pág.

mitologia ou pela filosofia o advento da vida humana na Terra, uma vez que nenhum desses mitos e teses mencionava qual linguagem havia sido utilizada pelo primeiro Homem:

Entre os filósofos houve grandes e diversas opiniões acerca da criação do homem, porque uns quiseram que não tivesse princípio e fosse ab eterno, e outros que assim o mundo como ele tivera princípio. Pero em o modo de provar esta criação confundiram e destruíram a verdade, donde deram matéria aos poetas para fabularem quantas composturas e ficções vemos, como conta Ovídio, que Prometeu formou o homem da terra.
(BARROS, *Diálogo em louvor*, pag. 42)

João de Barros parafraseia ainda Heródoto ao evocar a experiência de Persamiético, rei do Egito que, tendo mandado criar dois meninos às tetas de duas cabras, distantes de qualquer manifestação de linguagem verbal a fim de ver em qual idioma se expressariam conforme a necessidade, considerou ser a língua frígia o idioma inato dos seres humanos, uma vez que, decorridos dois anos do isolamento, as crianças teriam pronunciado a palavra *becus*, que significa *pão* na referida língua.

Às versões da criação do mundo por meio de especulações e mitologia o gramático faz questão de chamar de “opiniões de gentildade”. Tendo em vista as verdades contidas nas Escrituras Sagradas, aconselha ainda seu ouvinte a adotar o “verdadeiro caminho” e a desviar-se das discussões inúteis.

Um fato curioso nos chama a atenção nesse ponto do Diálogo. Após citar alguns autores clássicos como Ovídio, Justino e Vitruvius, e expor as teses defendidas por estes acerca da primeira língua, sem, contudo, poder afirmar ao certo qual tenha sido esse idioma, João de Barros assume uma postura de guia intelectual de seu filho ao lhe apontar o caminho a ser seguido:

Pai – Eu até aqui recitei o que os escritores antigos sentiram, agora te direi o que nos mostra o espírito, porque não havemos de negar ao entendimento a especulação da verdade, pois nisto consiste toda a deleitação dele, principalmente nas coisas que mais estão em opinião que em fé. E disto tomarás o que mais quadrar em teu entendimento, levando por guias as autoridades da Sagrada Escritura.
(BARROS, *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, pág.44)

Neste trecho vemos ratificada uma das premissas do espírito renascentista português que primava pelo conhecimento adquirido, empírico. Uma vez apontado o caminho, cabe ao *Filho* a responsabilidade de trilhar ou não por ele. Essa atitude representada pela fala do *Pai* confirma ainda a substituição paulatina do que António Sérgio¹⁵ chama de “critério da Autoridade”, base incontestada da sabedoria medieval, pelo saber adquirido por conta própria.

O colóquio segue especulando qual linguagem, das setenta e duas existentes, havia sido repartida entre aquele povo do episódio da Torre de Babel e que teria sido a língua de Adão, o primeiro idioma. Mais uma vez, João de Barros tenta explicar o que realmente deve ter ocorrido naquela ocasião remetendo a algo a que chama de confusão de entendimento. Para ele, a um mesmo vocábulo proferido, verbalizado, um ouvinte atribuía determinado sentido e outro ouvinte percebia um significado completamente diferente. Não se tratara, portanto, de uma criação instantânea de setenta e dois idiomas distintos naquele momento, mas sim de um conflito de significados entre os falantes que outrora se entendiam perfeitamente.

Essa explicação acerca da confusão do entendimento causada com o episódio da Torre de Babel serve de base para que o gramático teça considerações bastante acertadas sobre o conceito de evolução das línguas. Ainda que tal evolução seja relacionada num primeiro momento com a idéia de corrupção, adulteração de um idioma original que se queria inalterado, ao levantar a hipótese de que resquícios da primeira linguagem do mundo, a língua de Adão, estariam espalhados em outros idiomas com conotações diferentes, João de Barros legitima a existência desses vocábulos ao representá-los como “vozes” de uma antiguidade que já se encontrava corrompida. A fim de corroborar suas considerações, o gramático compara os vocábulos

¹⁵ SÉRGIO, António. *Interpretação da história de Portugal*. Clássicos Sá da Costa, Lisboa: 1989, pág. 85.

da suposta língua primitiva ao grego, ao hebraico e ao latim, (línguas a que chama “princesas do mundo” pelo fato de terem sido escritas na cruz de Cristo na ocasião de sua morte) alegando ainda que se até mesmo estas, mais recentes do que aquela, já haviam perdido a vez do uso, o que dizer da língua que representara o primeiro homem?

As línguas que toma como exemplos são a hebraica, a latina e a grega. Entretanto, acreditando estarem estas línguas já desgastadas pelo tempo, numa tentativa de contextualizar os exemplos e tendo em vista o público-alvo de sua obra, João de Barros faz uma equivalência das línguas supracitadas substituindo-as pelo italiano, o francês e o espanhol. Ao mencionar essas três línguas, o autor do *Diálogo* não deixa de incluir nesta lista a língua portuguesa. Ao registrar as heranças lexicais adquiridas por estes idiomas e ao mencionar o Latim como a última língua de que teriam vindo esses acréscimos deixa clara sua opinião de que a língua portuguesa é legado direto da latina — “cujos filhos nós somos”.

Depois da constatação de que os idiomas advindos do latim mereciam a primazia dentre todas as outras línguas, merecendo destaque de melhor e mais elegante aquela língua “que se conforma[sse] com a latina, assim em vocábulos como na ortografia”, o rumo do colóquio é alterado; desviando-se das discussões acerca do idioma primeiro, as atenções recaem sobre a majestade e superioridade da língua portuguesa.

Paul Teyssier, em sua *História da Língua Portuguesa* afirma que durante os séculos XV e XVII houve uma convivência pacífica entre os idiomas de Espanha e Portugal devido, entre outros, aos inúmeros casamentos realizados entre soberanos dos dois tronos. Entretanto, não deixou de haver, como observamos nos diálogos examinados neste trabalho, manifestações contra a influência do castelhano como língua de cultura e conseqüente ameaça ao português. Segundo Buescu (1978), João de Barros ao posicionar-se a favor da língua portuguesa lança mão de seis aspectos a fim de ratificar

a relevância do idioma frente ao castelhano: a) gravidade e majestade; b) conformidade com a língua latina e filiação nela; c) riqueza vocabular; d) sonoridade agradável; e) capacidade de abstração; f) possibilidade de enriquecimento do vocabulário por meio de adoções e adaptações (sobretudo de latinismos).

Para provar a semelhança com o latim João de Barros expõe a seu interlocutor versos “feitos em louvor da pátria”. Acerca de tais versos, escritos em uma linguagem que se quer ao mesmo tempo portuguesa e latina, sem contudo pertencer integralmente a nenhuma das duas línguas, Buescu (1978) afirma se tratar de “versos artificiais, forjados provavelmente por João de Barros”, opinião de que participam também outros autores como Octave Dalpierre¹⁶ e Manuel Severim de Faria¹⁷. Os versos são os seguintes:

*O quam divinos acquiris terra triumphos:
 Tam fortes ânímos alta de sorte creando.
 De numero sancto gentes tu firma reservas.
 Per longos annos vivas tu, terra beata.
 Contra non sanctos te armas furiosa paganos.
 Vivas perpetuo, gentes mactando feróces:
 Quae Aethiopas, Turcos, fortes indos salvos:
 De Iesu Christo sanctos monstrando prophetas.*
 (BARROS, *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, pág. 47)

Diante da hesitação de Antônio em aceitar a linguagem do poema, que qualifica de “retorcida e fora do uso comum”, João de Barros responde dizendo que “de uma maneira falam os poetas e doutra os oradores.”

Seguindo no objetivo de enaltecer as virtudes do português, o autor disserta ainda acerca da capacidade da língua em expressar coisas graves e representar grandes feitos:

Aí começará tu de sentir o louvor da nossa linguagem que, sendo nossa, a entenderá o latino porque é sua. Essa prerrogativa tem sobre todas as linguagens presentes: majestade para coisas graves e uma eficácia baroila que representa grandes feitos.
 (BARROS, *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, pág. 48)

¹⁶ DELPIERRE, Octave. *Macarroneana ou Mélange de littérature macarronique des différents peuples de l'Europe*. Paris : 1852, pag. 354. Obra citada por Buescu (1978)

¹⁷ FARIA, Manuel Severim de. *Vários discursos políticos*. Lisboa: 1791, pág. 194. Obra citada por Buescu (1978).

Ao requerer para o idioma pátrio a capacidade de ser porta-voz de assuntos de alta consideração, João de Barros utiliza como exemplo a relação da língua com a música “que acerca de cada nação, segue o modo da fala: linguagem grave, música grave e sentida”.

É interessante notar que a *Gramática* foi escrita e publicada trinta e dois anos antes de sair a luz *Os Lusíadas*, de Luis de Camões, obra de grande relevância na literatura portuguesa e que poderia ter servido perfeitamente, caso já tivesse publicada, para ratificar com louvor o objetivo do gramático. A época da publicação da *Gramática* não haviam sido publicados muitos livros em português. O mesmo não ocorre, porém, com o *Diálogo em Defesa*, de Gândavo que, tendo sido publicado dois anos após *Os Lusíadas*, vale-se deste poema para sancionar a superioridade da língua de Camões sobre o castelhano.

Os dois últimos assuntos abordados no *Diálogo* tratam de temas conhecidos e tão contemporâneos que, acrescentadas as devidas modernizações, poderiam ser facilmente encontrados em publicações hodiernas.

O primeiro trata sobre a aquisição de novos vocábulos por meio de neologismos e estrangeirismos. De acordo com Sheila Moura Hue, em seu *Diálogos em Defesa e em Louvor da Língua Portuguesa* (2007), “era idéia corrente entre os humanistas que o latim foi enriquecido pelo trabalho conjunto de poetas e de retóricos do século de Augusto”. Do mesmo modo procederam os estudiosos portugueses, empenhados em consolidar o seu idioma como língua de cultura. Com um olhar aguçado sobre as questões lingüísticas, Barros anuncia a importância da impressão na divulgação de trabalhos como as traduções de obras latinas que se faziam em França, Espanha e Itália e, curiosamente, não eram feitas em Portugal. As traduções eram uma das formas de ilustrar a língua vernácula. Ao abordar a inclusão de novas palavras, devidamente

derivadas de raiz latina, ao vocabulário português a fim de conferir maior riqueza e elegância ao idioma, o autor ressalta um dos princípios mais importantes para a incorporação de um neologismo ao léxico de determinada língua: o uso e o bom recebimento do vocábulo pelos falantes nativos. Como subsídios dessa informação, o autor ressalta a importância do tempo a fim de fazer “as coisas tão naturais quanto a própria natureza”. Apoiando-se numa declaração de Cícero, afirma que “nas palavras não há coisa tão áspera que o uso não faça brando e suave”.

Ainda que reconheça e incentive a anexação de neologismos à língua portuguesa, João de Barros não o faz sem antes advertir que, quanto à tradução de termos latinos não cabe a qualquer indivíduo este ofício, indiscriminadamente. Antes, tal arte deve ser executada por pessoas devidamente licenciadas para tal. O gramático nos chama a atenção ainda para o fato de que nem todos os vocábulos são aceitos pela estrutura da língua, ratificando mais uma vez a preocupação lingüística do autor com aspectos morfológicos da língua que pretendia louvar.

Abordando questões lingüísticas, o autor do *Diálogo* dá seu parecer sobre o fato de a língua portuguesa exercer influência direta sobre o léxico das nações conquistadas pelas viagens ultramarinas, bem como de sofrer influência das línguas faladas nestes mesmos territórios. Enquanto Barros reconhecia e incentivava a troca lexical com os povos alcançados, Antônio de Nebrija, autor da primeira gramática castelhana, não incentivava tais intercâmbios lexicais. Quanto a essas trocas lexicais, que João de Barros reconhece ocorrer, Mattoso Câmara Jr., em seu *Dicionário de Lingüística e Gramática*¹⁸, posteriormente denominou *substrato* e *superstrato*, respectivamente. A abordagem dessas permutas lexicais serve para que o autor enalteça o alcance da língua portuguesa

¹⁸ CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 42, 227-228 e 230.

aos povos conquistados e para ratificá-la também como língua de expansão da fé católica, como nos confirma Hue (2007)

A língua portuguesa estava, portanto, a serviço da expansão do império português, e nesse programa de colonização dos novos territórios era também veículo da propagação da fé, instrumento missionário da santa madre igreja. (...) O movimento expansionista da língua portuguesa fez também com que ela se abrisse, como festeja João de Barros, a empréstimos vocabulares de línguas orientais e impulsionou o surgimento de gramáticas(...). (HUE, *Diálogos em Defesa e Louvor da Língua Portuguesa*, 2007, pág. 17)

Tais considerações acerca da estrutura da língua funcionam como subsídios para que o gramático aborde o último assunto discutido no *Diálogo*. Valendo-se uma vez mais da sua formação de pedagogo, João de Barros tece argumentos bastante críticos a respeito da metodologia usada no ensino de meninos e moços, e ainda sobre os que lecionavam nas escolas:

Nem todos os que ensinam ler e escrever não são para o ofício que têm, quanto mais entendê-la, por clara que seja. E ainda que isto não seja para ti, di-lo-ei para quem me ouvir, como homem zeloso do bem comum. Uma das coisas menos olhada que há nestes reinos é consentir, em todas as nobres vilas e cidades, qualquer idiota e não aprovado em costumes de bom viver poer escola de ensinar meninos. E um sapateiro, que é o mais baixo ofício dos mecânicos, não põe tenda sem ser examinado. E este, todo o mal que faz, é danar a sua pele, e não o cabedal alheio, e maus mestres deixam os discípulos danados para toda sua vida. (BARROS, *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, pág. 54,55)

Tais considerações são fundamentadas por exemplos e ainda vêm acompanhadas de duras críticas à forma de ensino utilizada. João de Barros menciona o fato de as crianças serem ensinadas em primeiro lugar numa gramática alheia a realidade em que se encontravam: na gramática latina. A sugestão de que o ensino da gramática portuguesa preceda o da gramática latina nos permite inferir daí que o contrário era o usual, o que justifica a preocupação do gramático em relação a essa realidade. De acordo com o depoimento do próprio filho Antônio, João de Barros chega à conclusão que os meninos e moços instruídos primeiramente nos preceitos do latim, (a que chama “coisas alheias”) em detrimento do ensino do português, ficavam sem saber de modo satisfatório

nenhuma das duas línguas. Ainda mais porque, conclui, o latim que era ensinado a esses meninos não passava de textos extraídos de escritos de tabeliães e notários, em latim bárbaro, sem nenhuma preocupação com regra de bem falar e escrever. Ao contrário do que possa parecer numa primeira leitura do *Diálogo*, João de Barros utiliza o latim apenas como forma de legitimar uma base sólida para o idioma pátrio.

Inquietava o pedagogo o fato de os responsáveis pelo ensino das primeiras letras não serem pessoas aptas para o ofício que desempenhavam. Quanto a esse despreparo dos mestres, João de Barros relaciona uma série de conseqüências que, imediatas ou em longo prazo, culminariam por formar pessoas despreparadas para as questões escolares. Ainda queixa-se do fato de estes mestres ensinarem primeiro a escrever a letra manuscrita, a que chama de “letra redonda”, e depois a letra de forma, a que chama “letra tirada”, o que, segundo suas considerações era um equívoco que merecia reparação imediata:

(...) como o entendimento se deleita em as partes conformes, que guardam proporção, simetria e figura, e nesta tal terra a memória prende com mais viva raiz, nesta doçura de leite que tem a letra redonda os queria primeiro amamentar, e daí fossem levados à côdea da tirada, que requer força de dente e paciência de negócios (...) ler, a escola o ensina, desenvoltura, os negócios o dão, letra redonda se aprende, e a tirada sem mestre se alcança. Quem quiser filhos que lhe não saiam das escolas despreparados de poder ir avante, por os barrancos que tem o caminho da letra tirada, por a redonda os mande primeiro caminhar, cá esta com pouco trabalho, e muito proveito, e em menos tempo se alcança. E ficam por ela hábeis para maiores doutrinas.
(BARROS, *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, pág. 57)

As denúncias de João de Barros, expressas aqui sob a forma de diálogo, vão muito além de um simples desabafo feito de pai pra filho, ou de mestre para discípulo. Trata-se, portanto, do desabafo de um pedagogo, um humanista que, cômico de seu compromisso com a educação utiliza seu engenho e certa influência social para denunciar o abandono e o despreparo do sistema educacional da corte de Dom João III. Ao tornar pública sua obra, o gramático dá voz a um apelo dirigido ao rei, “zelador dos

bons costumes”, a fim de que Sua Majestade, tal como vinha realizando reformas na Universidade de Coimbra, de igual modo procedesse em relação às escolas de ensinar meninos, a fim de formar com todo o cuidado necessário espíritos renascentistas capazes de pensar por si mesmos.

A ilustração da língua dependia de novas gerações bem ensinadas, formadas por bons mestres, bem instruídos na gramática portuguesa. Ao dispensar atenção especial ao ensino dos meninos e moços capazes de continuar a obra começada, instruídos nas doutrinas da fé e perpetuando os louvores à língua portuguesa, Barros forja uma estratégia a fim de formar, em longo prazo, uma nação de homens ilustrados.

Capítulo III

O Diálogo em Defesa: Pero de Magalhães de Gândavo

Por ser a presente obra (muito alto e sereníssimo rei senhor nosso) em defesa da língua portuguesa, e Vossa Alteza ter tanta razão em a honrar e engrandecer muito, pela professar e ser senhor da mesma nação, cobrei ânimo pera a dedicar a Vossa Alteza, a quem humildemente peço ma receba debaixo de seu amparo.

PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO
Prólogo das Regras que Ensinam a Maneira de Escrever

Se nas primeiras décadas de Quinhentos a preocupação de João de Barros pode ser resumida na intenção didático-pedagógica de tornar a língua portuguesa o primeiro idioma a ser aprendido por meninos e moços e de ver o idioma ganhando status de língua de cultura, afiliada direta das raízes clássicas do latim, em finais de século a inquietação apresentada é um pouco diferente.

Praticamente às vésperas do episódio que desencadearia a anexação portuguesa pela coroa espanhola, o idioma português não gozava de grande prestígio na península. Isso ocorria por alguns motivos, dentre os quais destacamos o fato de que em Portugal se publicavam livros em três línguas: latim, espanhol e português. Enquanto na Espanha os poetas só escreviam em espanhol, em Portugal os escritores escreveram nos dois idiomas. Alguns poetas, como Jerônimo Corte Real, escreveram apenas em castelhano, e outros autores portugueses, como Antonio Ferreira, Jorge Ferreira de Vasconcelos e Frei Agostinho da Cruz, utilizaram somente o português em suas obras literárias. Esse expressar-se literariamente em castelhano figurava em Portugal como marca indelével de “uma corte que se tornara, por alianças matrimoniais, uma corte luso-castelhana” (BUESCU, 1981).

Pero de Magalhães de Gândavo, escritor consciente desse fenômeno do bilinguismo na corte portuguesa do século XVI assume uma postura muito clara acerca da predominância do castelhano em território português, como nos afirma Buescu (1981):

(...) enquanto Barros tentava demonstrar as excelências da língua portuguesa a partir da sua “conformidade com o latim” e em confronto com as outras línguas, Gândavo restringe-se à polêmica da competição entre o castelhano, colocando-se numa posição inteiramente pragmática: efectivamente— e no século seguinte, pelo menos na primeira metade, os factos vieram demonstrá-lo—era a língua castelhana e não uma outra qualquer que punha em risco o prestígio e circulação do português.

(BUESCU, *Gramáticos Portugueses do Século XVI*, pág.49)

A fim de ilustrar a língua portuguesa, Gândavo redige e publica um pequeno tratado ortográfico em que expõe algumas regras que levem os portugueses a falar e escrever corretamente. O público a quem dedica a obra é composto de pessoas que desconhecem latim e se moviam com dificuldade pelos caminhos oferecidos pela própria língua.

Gândavo ostenta uma biografia composta por parcas e pouco fundamentadas informações. Não se sabe ao certo as datas em que nasceu e morreu. Sabe-se, porém, que foi casado, teve uma escola na região de Entre Douro e Minho onde lecionou latim e que vivia ainda em 1576, quando é publicada sua *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, um dos primeiros relatos acerca da terra recém-descoberta pelos portugueses. Citando alguns dados do biógrafo de Gândavo, Barbosa Machado, Buescu nos diz que:

Pero de Magalhães de Gândavo, filho de pai flamengo, era natural de Braga, onde nasceu em data incerta. Não se conhece tampouco a data da sua morte mas vivia ainda em 1576. Barbosa Machado poucas informações nos dá acerca do homem, que apenas sabemos que teve uma escola pública na província de Entre Douro e Minho. Esteve no Brasil antes de 1569 e, ao voltar, foi funcionário na Torre do Tombo. Modesto e obscuro, Gândavo viveria apenas na sua obra a que os brasileiros deram necessário relevo, visto ter sido o primeiro a escrever uma história do Brasil.

(BUESCU, *Gramáticos Portugueses do Século XVI*, pág. 47 e 48, apud)

Assim como as informações acerca da sua biografia, são poucas as obras publicadas em vida do autor, mais exatamente duas: *As Regras que ensinam a Maneira de Escrever e Ortografia da Língua Portuguesa com um Diálogo que Adiante se Segue em Defesa da Mesma Língua* (1574) e a *História da Província Sancta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* (1576). Em manuscrito o autor deixou mais três obras: *Tratado da Terra do Brasil*, *Tratado da Província do Brasil* e uma versão diferente da *História da Província Sancta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* (manuscrito Escorial). Apesar da pequena produção literária, as *Regras* foram um sucesso editorial assim que saíram à luz em 1574 ostentando três bem-sucedidas edições.

Diferentemente da proposta de João de Barros, autor voltado para as questões de cunho mais filosófico, especulativo, Gândavo não esteve preso aos limites da academia. Pelo contrário, escreveu e publicou obras encomendadas, “a rogo de alguns amigos”, voltadas para um público não-conhecedor das muitas regras gramaticais do latim:

Gândavo não era um autor institucional, não escrevia para a aristocracia ou para intelectuais— os então chamados “altos espíritos”—; adotava um estilo “fácil e chão”, sem empregar “epítetos preciosos” ou “outra formosura de vocábulos” indispensáveis para os escritores seus contemporâneos. Seu objetivo era ser entendido por todos, por aquele “vulgo” que não sabia latim ou pelos que “nestes reinos vivem em pobreza”, como declara no prólogo da *História da Província*.
(HUE, *A Primeira História do Brasil*, pág. 17)

Antônio Ferreira (1528-1569), autor português do século XVI, expressou sua inquietação com escritores que preteriam da língua portuguesa em favor do castelhano. Tal insatisfação foi pontuada pelo fato de Antônio Ferreira ter falecido como um dos poucos autores de sua época que se expressaram exclusivamente em idioma vulgar.

Com a gramaticalização das línguas vulgares e devido à difusão de obras escritas nessas línguas a ortografia torna-se questão central de muitas publicações durante os séculos XVI e XVII. As *Regras* de Gândavo não fogem a essa temática. A proposta do autor é estabelecer certa ordem prática entre o que se fala e o que se escreve, isto é,

“adotar um sistema ortográfico capaz de reduzir ao mínimo o desacordo entre a palavra e a escrita”, segundo afirmação de Buescu (1978). A esse respeito e fazendo referência aos portugueses, Gândavo diz em seu prólogo que a importância de bem saber a ortografia deve estar associada ao fato de que “com o saberem bem escrever saberiam bem pronunciar os vocábulos e com saberem bem pronunciar, ficaria a mesma língua parecendo melhor aos naturaes que a professam” (Buescu, *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever*, pág. 8).

Buescu (1978) afirma que, de um modo geral, a escolha ortográfica feita pelos autores era justificada pela aproximação que faziam da pronúncia do idioma, apesar de reconhecerem alguns fatores acerca da dificuldade de se estabelecer uma fixidez gráfica para as línguas, sujeitas a uma espécie de “lei de mobilidade como que biológica”

Nesse ponto encontramos como que uma unanimidade entre os ortografistas: a melhor grafia é aquela que mais se aproxima da pronúncia. Acordo teórico apenas, pois na prática a formulação de regras capazes de salvaguardar esse princípio varia de autor para autor. Dificuldade agravada pelo facto de que o ortografista se encontrava dividido entre a *tradição* ou o *costume* ortográfico, a *etimologia* (revalorizada pelo culto das letras antigas e das tradições clássicas) e as *realidades fonéticas* da língua, que presenciava e não procurava ignorar.
(Buescu, *Gramáticos Portugueses do Século XVI*, 1978, pág. 32)

A preocupação em se estabelecer uma grafia padronizada da língua está presente também nas obras de portugueses como Fernão de Oliveira na *Gramática da Língua Portuguesa* publicada no início do século XVI até Duarte Nunes de Leão com a *Ortografia da Língua Portuguesa*, de 1576 e a *Origem da Língua Portuguesa*, esta publicada já no século XVII em 1606.

À semelhança de Barros, Gândavo escreve sua obra gramatical, — as *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e Orthografia da Língua Portuguesa*— e anexa a ela um diálogo em que trata de questões relativas à defesa da língua: o *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*.

O longo título que recebe a obra apenas— *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa, sobre a qual têm disputa um português com um castelhano, onde por se tratar desta matéria usa cada um de sua linguagem na maneira seguinte* — deixa transparecer as expectativas de Gândavo. No *Diálogo em Defesa* debatem, sem exagero do termo empregado, um português chamado Petrônio, ícone da erudição tal como o autor romano de *Satyricon*, e um castelhano de nome Falêncio. A partir dos nomes das personagens já podemos perceber que a intenção do autor não é outra senão, através dos interlocutores, permitir o debate de idéias entre os representantes dos respectivos idiomas, embora já nos deixe pistas seguras de qual idioma sairá vencedor da disputa.

Trata-se de um diálogo bilíngüe, travado no campo internacional da Península Ibérica. O fato reflete o espírito inovador de Gândavo: publicar uma disputa grafada nos dois idiomas, assegurando uma grande aproximação com a realidade lingüística multifacetada da época.

O *Diálogo em defesa* é uma disputa entre os personagens acerca de qual dos dois idiomas, castelhano e português, seria o mais digno de prestígio.

“Lembra-me, senhor Falêncio, que os dias passados nos achamos em casa de Flamínio nosso amigo (...)” É evocando uma conversa supostamente outrora interrompida em casa desse amigo Flamínio que Petrônio inicia o *Diálogo em defesa*. Na ocasião, relata o português, diante de alguns livros de linguagens diversas, a língua portuguesa, “em si tão grave e tão excelente” havia sido desprezada e tida como rude e pouco ornada pelos demais debatedores. Como intentasse sustentar o fio daquele debate não-acabado, na primeira ocasião, tendo reencontrado seu querelante, o português retoma o assunto: o *Diálogo* começa.

Acusando o amigo português de contrariar a opinião do senso comum por insistir em defender uma língua “conocida (...) por la más tosca y grossera del mundo”,

Falêncio o desafia deixando transparecer que, embora acredite nas boas intenções e reconheça a sabedoria de seu interlocutor, tais argumentos— de que a língua portuguesa era tosca e rude— não passavam de razões aparentes e de sofismas infundados e, portanto, sem valor algum. Respondendo à altura, Petrônio pede ao oponente que lhe diga por que razão julga por tosca e grosseira a língua portuguesa, ao que este lhe tece uma grande explicação começando por dizer que a maior causa do desprestígio da nossa língua reside no fato de ela ter sido fruto do ajuntamento indiscriminado de vocábulos de diversas outras línguas ao longo dos séculos, o que fazia com que não se pudesse mais, naquele momento, chamá-la “verdadeiro Português”,

Y por esso com razón llaman todos a esta lengua bárbara, que em la realidad dela verdad lo és, pues de si es tã pobre, y tan poco polida, que sin ayuda delas otras quedaria tan ruda y tosca, que em estos tiempos no se poderia oír, ni aun delos mismos Portugueses.

(GÂNDAVO, *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*, págs. 68 e 69)

Demonstrando grande erudição lingüística, o interlocutor português tece um discurso acerca da “invenção” não só do nosso idioma como de todos os outros, ligando-os à língua latina “da qual todos estes nossos vocábulos, ou a maior parte deles, trazem sua origem.” Apoiado em um considerável conhecimento sobre a aquisição da linguagem, Petrônio se põe a dizer que a discussão se tornaria inútil caso insistissem em buscar a pureza e origem das línguas do mundo. Afirma ainda ter vindo o português de um “latim corrupto” que, com o tempo, foi modificado conforme as necessidades de adaptação dos falantes

E assim a linguagem que nesse antigo tempo se usava neste nosso Portugal a que vós chamais tosca e ruda (...) se pode afirmar com verdade que não era outra coisa esta maneira de falar senão um latim corrupto. Mas como a gente pelo tempo adiante fosse em crescimento, e os homens tivessem necessidade de exercitarem esta língua em vários negócios, cada vez a foram mais apurando, descobrindo nela outros vocábulos que (...) soam melhor aos ouvidos da gente polida, e são muito próprios para significarem aquilo que queremos que outros que haja em nenhuma língua.

(GÂNDAVO, *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*, pág. 69)

Referindo-se claramente às conquistas dos portugueses em relação aos outros povos, Petrônio, à semelhança de João de Barros, trata aqui de um princípio básico que ocorre quando do contato entre povos que partilham de línguas diferentes: a troca de informações lexicais entre conquistado e conquistador. Desses contatos culturais muitas palavras foram assimiladas pelos portugueses bem como pelos habitantes dos locais alcançados, e dessa permuta lexical prevaleceram os vocábulos e expressões que melhor serviram à comunicação, ou seja, aqueles de que nos fala Gândavo que “soam melhor aos ouvidos da gente polida”. Uma vez que a estrutura da língua, isto é, seus princípios morfossintáticos continuavam preservados, as mudanças no nível lexical não representaram nenhum risco à permanência dessa língua, ao contrário do que se poderia pensar.

A partir dessa explicação e se valendo da etimologia e significação de algumas palavras, Petrônio utiliza o exemplo de um mesmo verbo com o mesmo significado, porém com formas de grafia distintas nas duas línguas, para mais uma vez afirmar que a proximidade com o Latim torna o idioma português irrepreensível.

As duas palavras são *olhar* e *mirar* ambas significando a capacidade de ver ou avistar alguma coisa. O argumento usado por Petrônio é o de que se os instrumentos usados para olhar chamam-se olhos em ambas as línguas (*ojos*, em castelhano) não há qualquer relação lógica que justifique o uso do verbo *mirar* em castelhano (a menos que se substituíssem *ojos* por *miros*, justifica).

Além desse exemplo, Petrônio ressalta a riqueza lexical do idioma pátrio em detrimento do idioma espanhol citando algumas palavras que existem no português, tais como *saudade*, *jeito*, *lembrança*, *enxergar*, *agasalhar* e *praguejar*, e que, em contrapartida, por não constarem no vocabulário castelhano torna difícil a tentativa

destes falantes de expressarem o que essas palavras significam usando outros termos similares. A individualidade das línguas, suas regras gramaticais e, sobretudo, o conjunto lexical aparecem aqui como fatores determinantes para justificar a prevalência de uma sobre a outra.

Tecidas as razões lingüísticas e filológicas acerca da língua materna e, tendo sido reconhecida a sua erudição pelo desafiante castelhano, uma vez mais, a situação se inverte. A mesma pergunta levantada por Petrônio, que desejava saber ao menos um motivo para a falta de prestígio de sua língua ante as demais, é feita por Falêncio, desejoso de saber a razão de tanto desprezo à língua portuguesa, já que se trata de uma língua “tan delicada y excelente (...) y tiene tanta gravedad em su estilo”.

Bien sé, señor Petrônio, que siempre en vuestras razones y argumentos os aveis mostrado hombre de grande ingenio (...) mas no dexaré de sustentar esta opinión de vuestra lengua ser la que digo (...) Y por esso os suplico me digais ya que ella es tan delicada y excelente como dezis, y tiene tanta gravedad em su estilo: qual és la causa porque todas las naciones del mundo la aborrecen tanto, y la tienen en tan poco.

(GÂNDAVO, *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*, pág.70).

Ao que o português responde:

A causa desse aborrecimento e desprezo (ou melhor dizer inveja), senhor Falêncio, nasceu de ela ser em si tão dificultosa, que de maravilha¹⁹ vimos estrangeiro algum que a pudesse bem tomar, ainda que neste reino andasse muitos anos e trabalhasse pela aprender quanto humanamente fosse possível. E daqui vem a todas as nações aborrecerem-na, e não na poderem gostar, por lhes ser (como lhes digo) tão pouco fácil (...).

(GÂNDAVO, *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*, pág. 71)

Esta mesma explicação é utilizada por Duarte Nunes de Leão quando escreve a *Ortographia da Língua Portuguesa*, publicada em 1576:

Assim, se Gândavo, como vimos, limita a sua defesa em face do castelhano, Nunes de Leão, pelo contrário, encontra uma forma mais hábil de chegar à mesma conclusão, mostrando a maior expressividade do português em relação ao latim, a sua maior riqueza (...) e finalmente, a sua *dificuldade*— a

¹⁹ Dificilmente.

qual Gândavo já acentuara— qualidade que parece para os gramáticos do século XVI um sinal de nobreza. Assim, “discretamente” Lião acaba por mostrar “que não é falta da bondade da língua portuguesa não ser comum a tantas gentes como a castelhana”.

(BUESCU, *Gramáticos Portugueses do Século XVI*, pág. 50-51)

A dificuldade do aprendizado do nosso idioma por um estrangeiro figura aqui como uma grande virtude, um símbolo de nobreza. Petrônio argumenta que os luso-falantes facilmente aprendem qualquer outro idioma que se lhes apresente porque a língua assim os habilita e observa que o mesmo não acontece com os demais falantes de outras línguas. Tudo isso é possível, explica, porque “quanto mais as coisas em si são melhores, e mais excelentes, tanto é mais trabalhoso e difícil ao homem alcançá-las.”

Travada essa disputa, Falêncio por um momento até chega a admitir que alguns portugueses que vivem em seu país e na Itália falam muito bem os respectivos idiomas como se deles fossem maternos, mas ressalta que isso pode ser pelo fato de “terem bons engenhos” ou ainda pelas suas habilidades e não necessariamente pela predisposição da língua pátria. Questiona ainda o fato de os próprios falantes do português desprezarem seu idioma nativo, possuindo ele tantas virtudes e habilidades.

Vendo que o amigo não facilmente se dobraria à superioridade da Língua Portuguesa, Petrônio, ao contrário do que poderia se imaginar, não nega que os seus conterrâneos desmereçam a língua que professam. E diz ainda que “esta nação portuguesa pela maior parte é mais afeiçoada às coisas dos outros reinos que às da sua mesma natureza, coisa que não se acha nas outras nações (...)”. Entretanto, faz uma ressalva e apela aos “homens de bom juízo” que louvem e exaltem a grandeza dessa língua que merece tanto louvor.

O pouco caso que os portugueses fazem do que lhes é próprio é questionado já na primeira década do século XVI, quando lemos no prólogo do Cancioneiro Geral de Garcia de Resende ressalvas ao pouco interesse dos luso-falantes em contarem feitos grandiosos e este tema atravessa alguns séculos sustentando a mesma preocupação.

Mesmo Camões, com *Os Lusíadas*, não deixa de reconhecer que está a cantar à “gente surda e endurecida”. Do mesmo modo, Almeida Garret, já no século XIX, com a publicação de *Viagens na minha terra*, ainda faz ecoar as reivindicações de outrora ao apelar a seus conterrâneos que cuidem mais das coisas concernentes a Portugal ao invés de buscarem no além-mar suas inspirações e motivos de exemplos; ainda hoje vemos resquícios desse apelo em diversos textos de escritores de literatura portuguesa contemporânea, como José Saramago e Jorge de Sena.

Voltando ao texto, no *Diálogo em defesa*, algo bastante interessante acontece. Instigado por Falêncio, que continua desmerecendo a língua portuguesa e seus falantes, Petrônio reage com mestria se valendo agora dos grandes escritores (como Antonio Ferreira, Sá de Miranda, Camões e outros) que escreveram e até aquele momento escreviam em português e não em castelhano.

Primeiro recorre a razões estilísticas para justificar que algumas línguas são mais inclinadas a determinados gêneros literários do que outras:

Porque haveis de saber que cada língua por si tem um estilo mais próprio, e em que melhor parece, como é, a grega nos versos, a latina nas orações, a toscana nos sonetos, a portuguesa nas comédias em prosa e no verso heróico, a castelhana nas trovas redondas e garridas que naturalmente parecem feitas e inventadas para ela.

(GÂNDAVO, *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*, pág. 73)

Petrônio cita um total de onze nomes de escritores portugueses contemporâneos a fim de justificar a soberania da língua que defendia. Estava formado e citado, assim, o primeiro cânone literário da Língua Portuguesa de que se tem notícia. A esse respeito Sheila Moura Hue na introdução de sua *Antologia de Poesia Portuguesa* diz:

Este seria o primeiro cânone registrado da literatura portuguesa. Nele não estavam incluídos, talvez por motivos políticos, dois poetas muito valorizados na época: Jerônimo Corte Real e Pero de Andrade Caminha. A inclusão ou não-inclusão de um autor em uma lista canônica estará sempre relacionada a uma série de variáveis atuantes a cada época específica de elaboração do cânone. Gândavo exprimia no *Diálogo em Defesa* uma opinião pessoal, para comprovar uma tese nacional: a superioridade da língua portuguesa num momento de grande influência do castelhano.

(HUE, *Antologia de Poesia Portuguesa*, 2004, pág.9).

Gândavo organiza os autores de seu cânone em três grupos distintos: o dos prosadores, o dos poetas e o dos historiadores, com exceção de Sá de Miranda, que não se encontra encaixado nesses grupos, como veremos a seguir. Sobre o fato de Sá de Miranda não aparecer inserido em nenhuma das subdivisões feitas por Gândavo citamos Márcia Arruda Franco:

Petrônio— o português do *Diálogo em defesa da nossa linguagem que segue às Regras...*, de Gândavo— consagra a obra do poeta e dos quinhentistas como monumento da dignidade poética do português, derrotando o argumento do castelhano Falêncio, relativo à superioridade poética do seu idioma (...)

A verdade que Sá de Miranda descobriu com tamanha admiração é a bondade do português para a expressão poética. Na defesa de Petrônio, a obra mirandina está encabeçando a lista que termina em António Ferreira e Camões. Estas duas pontas fecham o ciclo que constitui a moderna poesia portuguesa, iniciado por Miranda e concluído por Camões.

(FRANCO, *Sá de Miranda e a Defesa e Ilustração da Língua Portuguesa*, pág.192)

Após o nome de Francisco Sá de Miranda, “verdadeiro português”, por ter sido, entre outras coisas, o precursor da chamada medida nova em Portugal, em segundo lugar, está João de Barros, historiador, educador e gramático, famoso já a nessa época por sua *Ásia*, cuja leitura, segundo Petrônio, naquele momento é preferida a Ptolomeu, em Veneza. O autor ainda é lembrado pela *Gramática da Língua Portuguesa*.

Outros autores mencionados no discurso de Petrônio e que compõem o grupo dos prosadores são: Frei Heitor Pinto, chamado de “doutíssimo varão” por sua *Imagem da Vida Cristã*, obra publicada em dois volumes, Lourenço de Cáceres, a quem exalta o estilo da linguagem, Francisco de Moraes, Jorge Ferreira de Vasconcelos e Antonio Pinto, doutos varões portugueses que se destacaram na prosa “descobrimo com seus engenhos peregrinos o segredo da gravidade e formosura deste nosso português.”.

Após agrupar os prosadores, Petrônio chama a atenção para os poetas. Fazendo uma comparação indireta no que diz respeito ao verso heróico, o desafiante lusitano anuncia a obra de Luis de Camões “de cuja fama o tempo nunca triunfará”, *Os Lusíadas*, que havia saído à luz apenas dois anos antes da publicação do *Diálogo*, em

1572. Cita ainda Diogo Bernardes, “raro espírito” renascentista de quem ressalta a brandura dos versos e por fim, o doutor Antonio Ferreira, “de quem o mundo tantos louvores canta”, poeta que valorizou o idioma pátrio expressando-se somente em português.

Por fim, Petrônio retoma a questão gramatical, mais uma vez requerendo para sua língua a proximidade com o idioma latino. Para isso faz menção das obras de João de Barros acima citadas e de um livro de antiguidades, da autoria de André de Resende, a quem chama de mestre, a fim de que os castelhanos possam reconhecer a origem da nossa língua através da linguagem erudita utilizada nessas obras, afirmando que “com pouca corrupção deixa de ser latina”.

Ainda quanto às questões fonéticas, Petrônio chama atenção para um fato que não havia entrado na disputa até o momento: a suposta filiação do castelhano à língua a que chama Arábia, clara referência à influência dos mouros no sistema lingüístico castelhano:

Enfim que se alguma [língua] com razão se pode chamar bárbara é esta vossa, a qual toma da língua Arábia, e a maior parte dos vocábulos falais do papo com aspiração: e assim fica uma linguagem imperfeita, e mais corrupta do que vós dizeis que a nossa é.

(GÂNDAVO, *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*, pág.70)

Uma vez que o objetivo deste debate era buscar as maiores discrepâncias possíveis através das diferenças entre as línguas, a fim de requerer a superioridade de uma sobre a outra, o debatedor luso-falante vale-se das aspirações fonéticas muito comuns no idioma castelhano para alegar imperfeição nesta língua a que classifica como corrupta.

Segue-se a partir desse comentário uma série de citações lexicais que pretende provar o quanto cada idioma, português e castelhano estava distante da raiz comum a ambos, o latim. A preocupação dos desafiantes com a proximidade de suas línguas maternas do Latim funciona como parâmetro indispensável para uma legitimação da

língua vulgar. Entretanto, tal aproximação e busca quase obsessiva de uma filiação no idioma latino funciona mais como um pano de fundo sobre o qual apóiam suas línguas do que como cenário principal da disputa. Interessava neste momento encontrar imperfeições no castelhano que o impedissem de ser considerado mais aprazível e de maior prestígio do que a língua portuguesa.

Apoiado nesta idéia de que a língua mais semelhante à latina, — “madre de la otras lenguas y más copiosa y excelente de todas quantas hay (como sabemos)” —, era por consequência a melhor, Falêncio utiliza as seguintes palavras para provar a distância do português de sua língua *mater*:

(...) agora os quiero provar em como la nuestra lengua es más propinqua al latin que la vuestra, com algunos vocabulos que aqui ofereceré, conviene a saber. Decís *hontem*, nós *hayer*, el latin *heri*. Decís *engenho*, nós *ingenio*, el latin *ingenio*. Decís *dores*, nós *dolores*, el latin *dolores*. Decís *cores*, nós *colores*, el latin *colores*. Decís *calmas*, nós *calores*, el latin *calores*. Decís *paixões*, nós *pasiones*, el latin *pasiones*. Decís *pessoa*, nós *persona*, el latin *persona*.

(GÂNDAVO, *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*, pág. 70)

Não satisfeito apenas em rebater com a mesma lista de palavras castelhanas distantes do latim, como fizera o oponente, Petrônio além de mencionar os vocábulos portugueses oriundos incontestavelmente da língua latina cita também alguns do castelhano que, pronunciados com aspirações, os distanciam ainda mais da origem

Petrônio — Se com essa razão vos parece, Senhor Falêncio, que tendes concludo, ainda vos provarei que a nossa é mais chegada ao latim que vossa, como estes pode ver em outros muitos vocábulos nossos de que a vossa também se desvia (...) Vós dizeis *hembra*, nós *femia*, o latim *femina*. Dizeis *hierro*, nós *ferro*, o latim *ferro*. Dizeis *hiel*, nós *fel*, o latim *fel*. (...) se quantos me ocorrem vos quisesse aqui dizer seria coisa infinita de nunca acabar, porque a maior parte dos vocábulos pronunciais com aspirações, por onde fica vossa língua muito mais remota e desviada do latim que a nossa (...)

(GÂNDAVO, *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*, pág. 76)

A partir dessa exposição lexical, Petrônio chama ainda a atenção de Falêncio com o intuito de fazê-lo reconhecer de uma vez por todas a soberania da língua portuguesa.

Para isso lhe conta um episódio que, supostamente, havia se passado em Paris, onde se encontraram alguns homens de diversas nações que ali estavam a fim de “disputar de suas línguas”. Para tal, cada um escreveu versos em latim procurando as palavras desse idioma que mais se aproximassem às de suas línguas maternas, tarefa que se mostrou impossível exceto para o representante português que fez versos em muito parecidos tanto com a língua latina quanto com a portuguesa, como Petrônio quis fazer crer a seu amigo:

*O quam diuinos acquiris terra triumphos,
 Tam fortes ânimos alta de sorte creando.
 De numero sancto gentes tu firma reseruas.
 Per longos annos viuas tu terra beata.
 Cõtra non sanctos te armas furiosa Paganos.
 Viuas tu semper gentes mactando feroces.
 Que ethiopas Turcos fortes Indos das saluos
 De Iesu Christo sãctos mostrãdo Prophetas.*
 (GÂNDAVO, *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*, pág. 75)

É interessante notar o fato de Gândavo ter citado esse poema em sua obra sem ao menos fazer referência ao *Diálogo em Louvor* de João de Barros, de onde foi copiado. O autor, através de Petrônio, pretendendo vencer a disputa travada com o amigo castelhano se vale do poema afirmando a esse respeito que, terminada a declamação do mesmo os homens das demais nações ficaram sobremodo perturbados, e “não puderam deixar de a confessar por melhor e mais chegada ao latim de todas”.

Apesar de todas as tentativas, ainda não é por meio desse argumento que Falêncio é demovido de suas convicções. Contra-atacando o seu adversário, o castelhano não se deixa convencer pelos versos latino-portugueses que acabara de ouvir e manifesta, ainda, que do mesmo modo como foram feitos aqueles versos, outros poderiam ser feitos de igual modo até mesmo em castelhano. Sendo assim, o poema apresentado nesse episódio de pouco serviu para provar a superioridade da língua portuguesa, como pretendia Petrônio.

Finalmente, a disputa chega a seu termo. Petrônio, após expor como razão para o distanciamento do castelhano da língua latina a presença do que ele chama de “sílabas que se dobram por duas letras vogais” (o que hoje entendemos claramente por ditongação) presentes nos vocábulos *muerte, fuere, cierto, tierra*, entre outros, parece convencer o debatedor da imperfeição dessa língua. Falêncio, que a essa altura já devia ter esgotado todos os seus argumentos, como acusa Petrônio, diante dessa última observação do amigo propõe a trégua não sem antes reconhecer a sabedoria do oponente:

Señor Petrônio, vos lo teneis muy bien hecho, ya hasta aqui disputado sabiamente como hombre de grande ingenio, y que no desea poco engrandecer las cosas de su naturaleza. Y por esso demos fin a nuestra disputa, y seamos amigos como siempre lo fuimos, que lo demás poco nos importa.

(GÂNDAVO, *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*, pág. 78)

A disputa é encerrada por Petrônio, vencedor da mesma, que nos manifesta explicitamente sua vontade de continuar o debate. Entretanto, diante da falta de argumentos do adversário e devido ao “avançado da hora”, conclui a questão em tom de triunfo e insatisfação, uma vez que pretende continuar a conversa tão logo encontre seu adversário melhor preparado para tal.

O *Diálogo em Defesa*, de Gândavo, encontrou maior aceitação junto aos leitores durante o século XVI do que o de João de Barros, visto terem saído à luz três edições diferentes em um curto espaço de tempo (1574, 1590 e 1592)²⁰. Embora ambas as obras tenham sido escritas em forma dialética e em tom coloquial, o público leitor de

²⁰ As três edições são as seguintes: Seguese hum Dialogo em defensão da língua Portuguesa, sobre a qual tem disputa hum Português com um Castelhana, onde por se tratar desta matéria usa cada hum de sua linguagem na maneira seguinte. In: *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortographia da língua portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensão da mesma língua*. Lisboa: oficina de Antônio Gonçalves, 1574; *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortographia da língua portuguesa: com hum Dialogo que a diante se segue em defensão da mesma língua*. Lisboa: por Belchior Rodriguez, 1590 e *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortographia da língua portuguesa: com hum Dialogo que a diante se segue em defensão da mesma língua*. In: *Exemplares de diversas sortes de letras, tirados da Polygraphia de Manuel Baratta*. Lisboa: Alexandre Siqueira, à custa de João de Ocanha, 1592.

Quinhentos parece ter preferido a disputa internacional em tom acirrado ao discurso elegante entre um Pai e um Filho.

Capítulo IV

Traços em comum na comparação dos dois *Diálogos*²¹

Qual será, logo, a linguagem que nesta terra e delicada idade de vossa Alteza mais natural e mais obediente vos deve ser, senão a vossa portuguesa, de que vos Deus fez príncipe e rei em esperança? Aquela que em Europa é estimada, em África e Ásia por amor, armas e leis tão amada e espantosa, que por justo título lhe pertence a monarquia do mar e os tributos dos infiéis da terra(...)

JOÃO DE BARROS,
Prólogo da *Gramática da Língua Portuguesa*

E se os portugueses nisso quisessem advertir com diligência mostrando-se um pouco mais curiosos desta arte de que tão pouco se prezam, não haveria pela ventura tantos que praguejassem desta nossa língua: porque com saberem bem escrever, saberiam bem pronunciar, ficaria a mesma língua parecendo melhor aos naturais que a professam.

PERO DE MAGALHAES DE GÂNDAVO
Prólogo aos leitores das *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortografia da Língua Portuguesa*

Os dois *Diálogos* apresentam alguns traços em comum que valem a pena ser comparados. Para começar, poderíamos apontar o fato de que tanto o *Diálogo em Louvor* de Barros quanto o *Diálogo em Defesa* de Gândavo foram publicados como obras apensas. Pelo fato de terem sido publicados como obras anexas à outra a que poderíamos chamar de principal, poderíamos considerar os dois documentos como *paratextos*, isto é, “elementos auxiliares que acompanham a obra literária e que possibilitam certa apresentação ao leitor do livro em uso”, segundo definição de Gérard Genette²² (1987). No entanto, apesar de estarem anexadas as suas respectivas obras gramaticais, consideraremos cada *Diálogo* como uma obra independente, em seu sentido lato, ao invés de estudá-los como paratextos.

²¹ Uma primeira versão deste capítulo foi apresentada como trabalho monográfico no curso oferecido aos alunos do mestrado e doutorado no primeiro semestre de 2006 pelas professoras Dra. Gilda Santos e Dra. Sheila Moura Hue, na Faculdade de Letras da UFRJ.

²² GENETTE, Gerard. *Seuils*. PUF, Paris: 1987.

Apesar de serem obras independentes, os dois *Diálogos* abordam um tema que está presente nos paratextos de várias obras literárias quinhentistas: a defesa e ilustração da língua portuguesa.

Vamos começar a comparação dos dois *Diálogos* analisando os elementos paratextuais das primeiras edições. São eles: as portadas (frontispícios), as licenças do paço, do ordinário e da Inquisição — órgão então responsável pela censura das obras literárias —, o privilégio real para publicação da obra, e os prólogos e epístolas dedicatórias. Por meio dos paratextos é possível perceber a interação entre segmentos distintos da sociedade: inquisidores, reis, autores e impressores. Vamos analisar alvarás, prólogos, portadas entre outros elementos paratextuais da *Gramática da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja* (citada no colofão e conhecida como *Cartinha*) e da *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros e das *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e Ortografia da Língua Portuguesa*, de Gândavo. Também compararemos os dois *Diálogos* buscando amostras de intertextualidade nas obras dos dois autores.

A primeira referência é em relação à portada²³ da *Cartinha*, de Barros. Ostentando um amplo desenho no qual se pode notar uma arquitetura tipicamente maneirista, é facilmente identificável a noção de profundidade, de espaço preenchido e formas que fogem à maneira clássica de pintura e desenho. A cena é bastante movimentada e nela podemos ver uma alusão extralingüística ao público-alvo a quem a obra é dedicada: os meninos e moços, de que nos fala o próprio João de Barros, interagem na cena tomando lições, recebendo punições e até mesmo brincando; cenas típicas de uma escola da época. Temos ainda na ilustração a figura de um mestre-escola, que nos remete à idéia

²³ Ilustração 1.

formulada e expressa sob forma de dura crítica no *Diálogo* a respeito de quem deve ensinar:

PAI - Nem todos os que ensinam ler e escrever não são para o ofício que tem (...) umas das coisas menos olhada que há nestes reinos é consentir, em todas as nobres vilas e cidades qualquer idiota e não aprovado em costumes de bom viver poer escolas de ensinar meninos.
(Barros, *Diálogo em Louvor*, pág. 54)

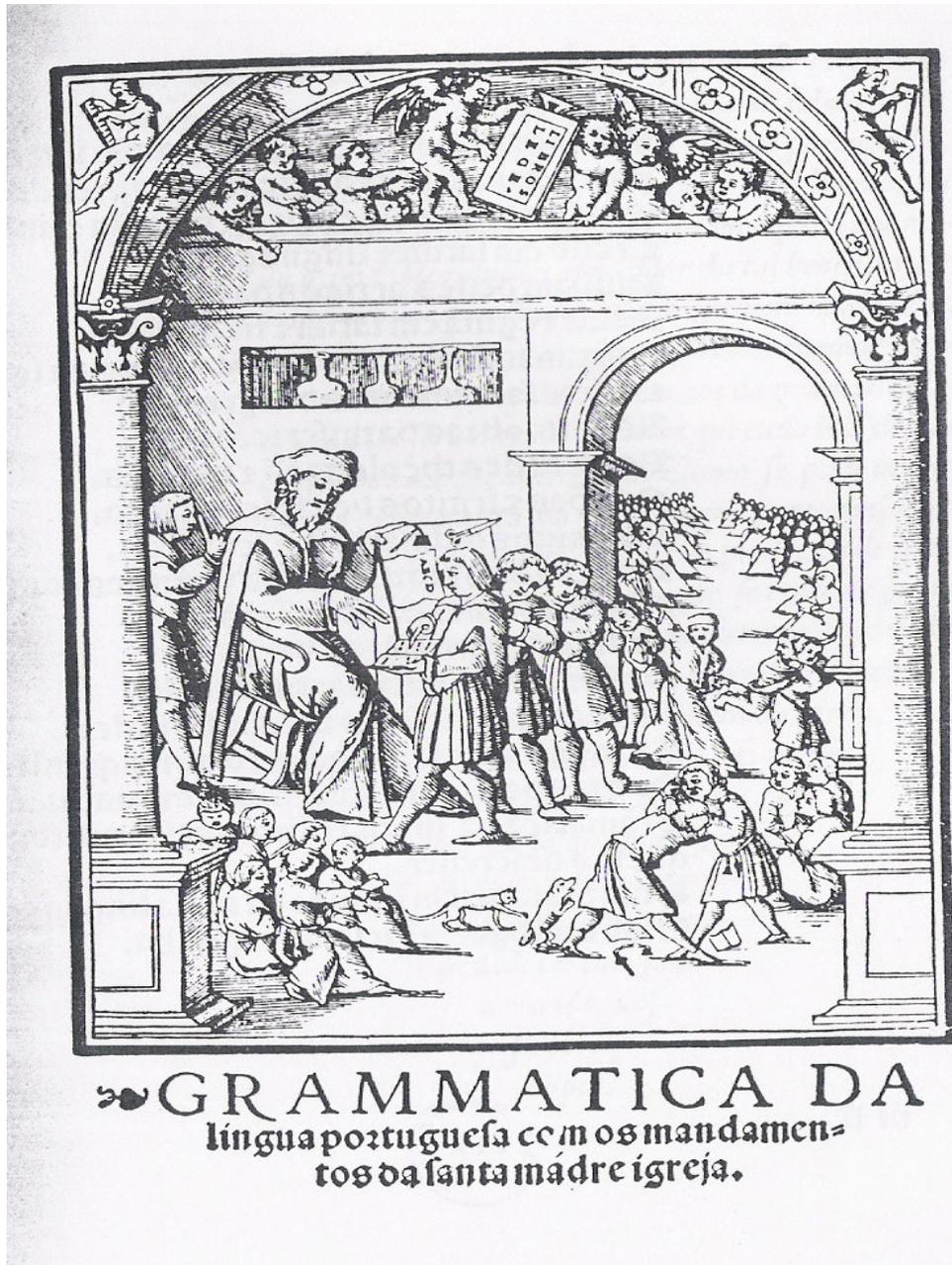


Ilustração 1 — *Gramática da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Mãe Igreja*, João de Barros (1540).

A outra portada é da *Gramática da Língua Portuguesa* e traz impresso somente o nome do editor e a data de publicação²⁴. Note-se que nenhuma das portadas apresentadas faz alusão à obra apenas, o *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*.

Enquanto vemos uma riqueza de detalhes nas portadas da *Gramática* de João de Barros, não encontramos, em contrapartida, o mesmo capricho na portada das *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever*, de Gândavo²⁵. Produzida de modo bem menos ornado do que a de 1540, na portada de Gândavo encontramos apenas a data (1574) e o lugar de impressão (Lisboa), e o nome do tipógrafo (Antonio Gonçalves). É possível ver, porém, a referência explícita à obra apenas, o *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*²⁶, o que não ocorre na obra de João de Barros.

Logo após o frontispício da obra de Gândavo encontramos a licença da Inquisição e o *imprimatur*. Assinada por Frei Bartholomeu Ferreira (o mesmo que dois anos antes havia autorizado a impressão de *Os Lusíadas*, de Camões) a licença continha dados que a individualizavam, uma vez que vinha carregada da opinião explícita do revisor de livros a respeito da obra analisada:

Vi por mandado dos ilustríssimos e sereníssimos senhores da Sancta e geral Inquisição essa obra de Pero de Magalhães sobre a orthographia da lingua portuguesa com hum *Diálogo* em favor da mesma língua e não achei nela cousa contra a Fé e os bons costumes. **Antes, tenho o tal exercício por lícito e proveitoso neste gênero de matérias desta qualidade, e me parece se deve imprimir.** Em fé do qual assinei aqui, oito de outubro de 1574. F. Bertholameu Ferreira.
(Licença da Inquisição, *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*. Grifo nosso)

²⁴ Ilustração 2.

²⁵ Ilustração 3.

²⁶ Gândavo, Pero de Magalhães de. *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e Ortografia da Língua Portuguesa, com um Diálogo que Adiante se Segue em Defesa da Mesma Língua*. (Maria Leonor Carvalhão Buescu, org.) Ed. fac-similada, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1981.

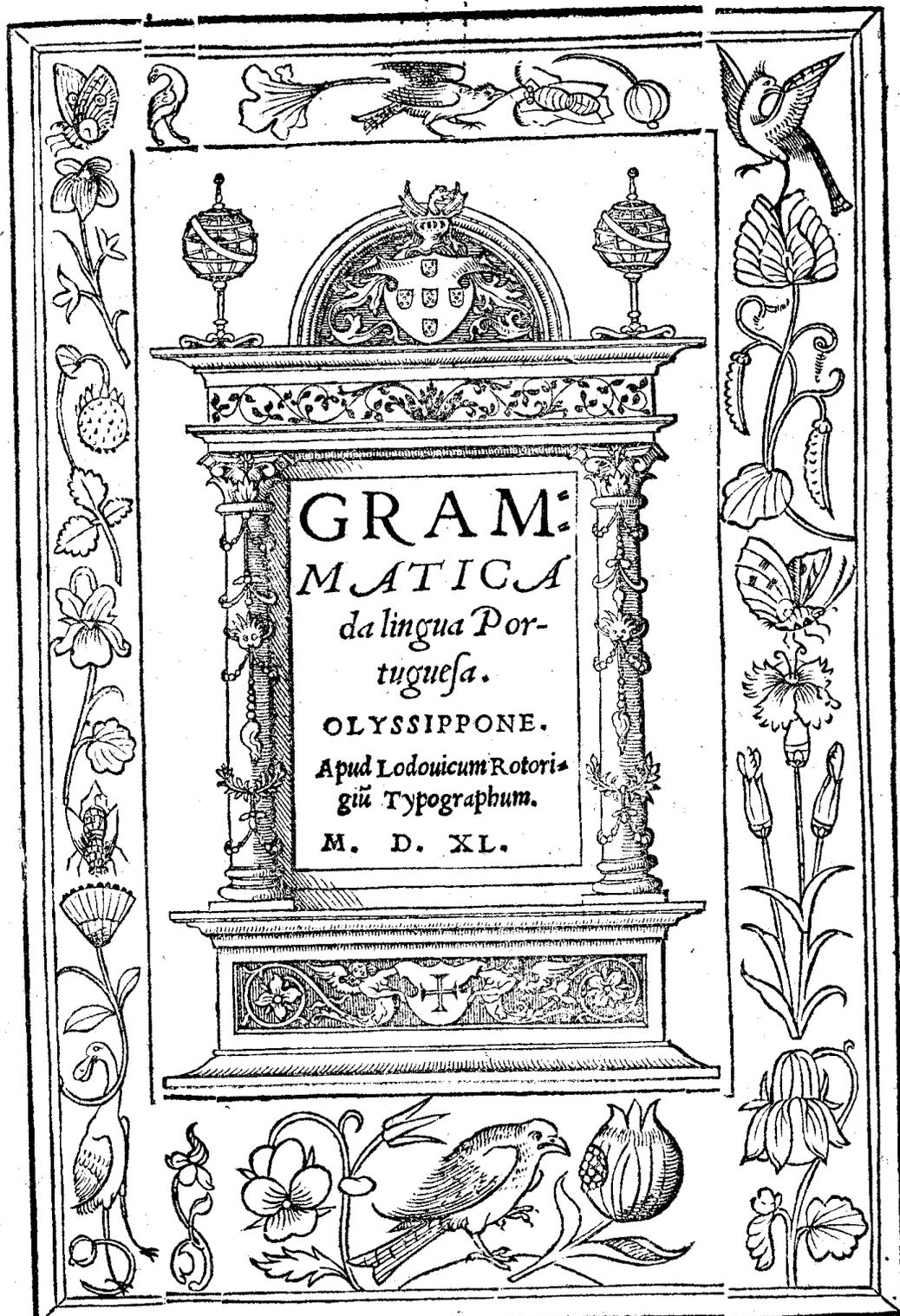


Ilustração 2 — Gramática da Língua Portuguesa, João de Barros (1540)

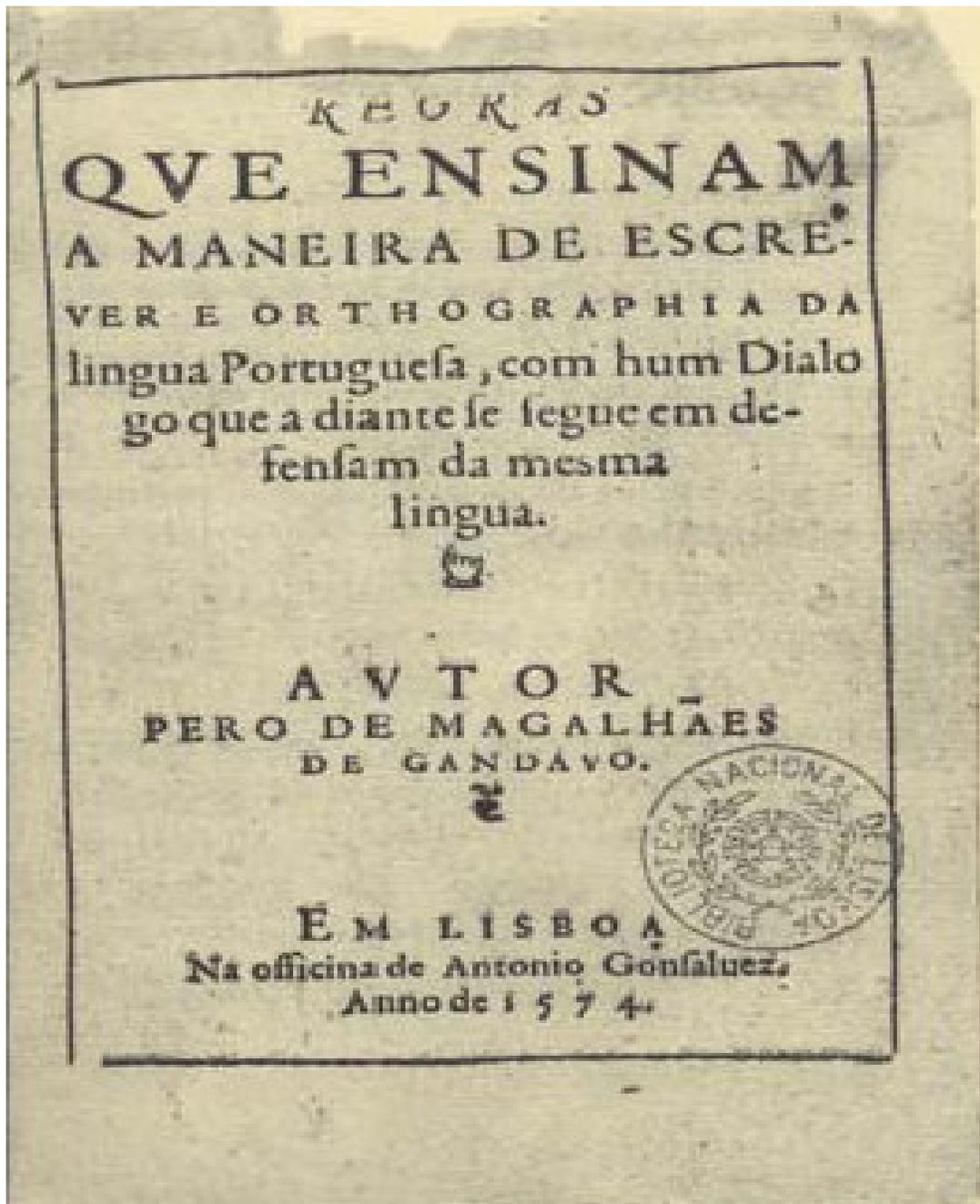


Ilustração 3—*Regras que ensinam a maneira de escrever e ortografia da língua portuguesa com um diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*, Pero de Magalhães de Gândavo (1574).

Considerando que havia um padrão a ser seguido para a emissão de licenças, não nos será equivocado, neste caso, acentuar o parecer favorável do frei como um traço distintivo, uma vez que encontramos explicitamente a opinião do inquisidor acerca da obra que não só liberara da censura, mas que também recomendava a impressão e leitura.

O alvará do rei era uma espécie de direitos autorais. Uma vez publicada a obra, era assegurada ao impressor a exclusividade para fazer cópias posteriores da mesma por um prazo pré-determinado. Os que descumpriam a ordem contida no alvará estavam sujeitos à aplicação de penas sob formas de multas²⁷, como podemos observar no documento extraído do livro *Poemas Lusitanos*, de Antonio Ferreira.

Um leitor atento da *Gramática* de Barros e das *Regras* de Gândavo há de notar que à primeira faltam a licença inquisitorial e o *imprimatur*²⁸. A falta de documentos tão imprescindíveis como esses na obra de Barros se deve ao fato de, segundo Saraiva & Lopes (1985), a Inquisição e seus tribunais só terem sido implantados em Portugal no final da década de 1540, mais precisamente a partir do ano de 1547. Assim, como a referida obra é publicada anos antes do vigoramento da censura inquisitorial aos livros, não é submetida à inspeção dos órgãos da censura:

Em 1547 é estabelecida definitivamente a Inquisição em Portugal, após esforços que datavam de 1531. Naquele mesmo ano sai o primeiro rol de livros proibidos, sucessivamente acrescentado em 1551, 1561, 1564, 1581, 1624. Em 1557, ano da morte de D. João III, a principal personagem do reino é o cardeal infante D. Henrique, inquisidor-geral, que partilha a regência com a rainha viúva. Em 1564 as decisões do concílio de Trento são promulgadas em Portugal sem restrições, caso único entre os reinos da Europa ocidental. (Saraiva & Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, pág. 12)

²⁷ Ilustração 4: Alvará do rei expedido para assegurar os direitos de publicação do livro *Poemas Lusitanos*, de Antonio Ferreira, a Miguel Leite, filho do escritor.

²⁸ Ilustração 5: Licença da Inquisição e *imprimatur*.

El Rey faço saber aos que este aluará virem, q̄
 uêdo respeito ao que na petição atras escripta
 diz Miguel Leite Ferreyra, ey por bem que por
 tempo de dez annos imprimidor, nem liureiro algũ,
 nem outra pessoa, de qualquer qualidade q̄ seja, não
 possa imprimir, nem vender em todos estes Reynos,
 & senhorios, nẽ trazer de fora delles o liuro de poe-
 sia intitulado Poemas Lusitanos, de que na dita pe-
 tição faz menção, cõposto por Antonio Ferreira feu
 pay, saluo aquelles liureiros, & pessoas q̄ pera isso ti-
 uerem poder, & licença do dito Miguel Leyte. E qual-
 quer imprimidor, liureiro, ou pessoa que durando o
 dito tempo de dez annos imprimir, ou vender o di-
 to liuro nestes ditos Reynos, & senhorios, ou o trou-
 xer de fora delles sem licença de Miguel Leyte, per-
 dera para elle todos os volumes que imprimir, ven-
 der, ou de fora trazer, & alem disso encorrera em
 pena de cem cruzados, a metade para o dito Miguel
 Leyte, & a outra para quem o acufar. E mando a to-
 das as justiças, officiaes, & pessoas a que o conheci-
 mento disso pertencer, q̄ cumprão inteiramente este
 aluará, como nelle se contẽ, & quero que valha & te-
 nha força, & vigor, posto que o effeito delle aja de
 durar mais de hum anno, sem embargo da ordena-
 ção do liuro segũdo titulo vinte & oito. E o dito Mi-
 guel Leyte Ferreira, fara imprimir este aluará, & em
 cadernar no principio de cada liuro, & sem isso não
 poderá vender o dito liuro, & fazendoo este aluará
 lhe não valerá. Pero de Seixas o fez em Lisboa a cin-
 co de Septembr. de 1597. annos.

R E Y.

Ilustração 4 — Alvará do rei acerca da publicação de *Poemas Lusitanos*, de Antônio Ferreira (1597).

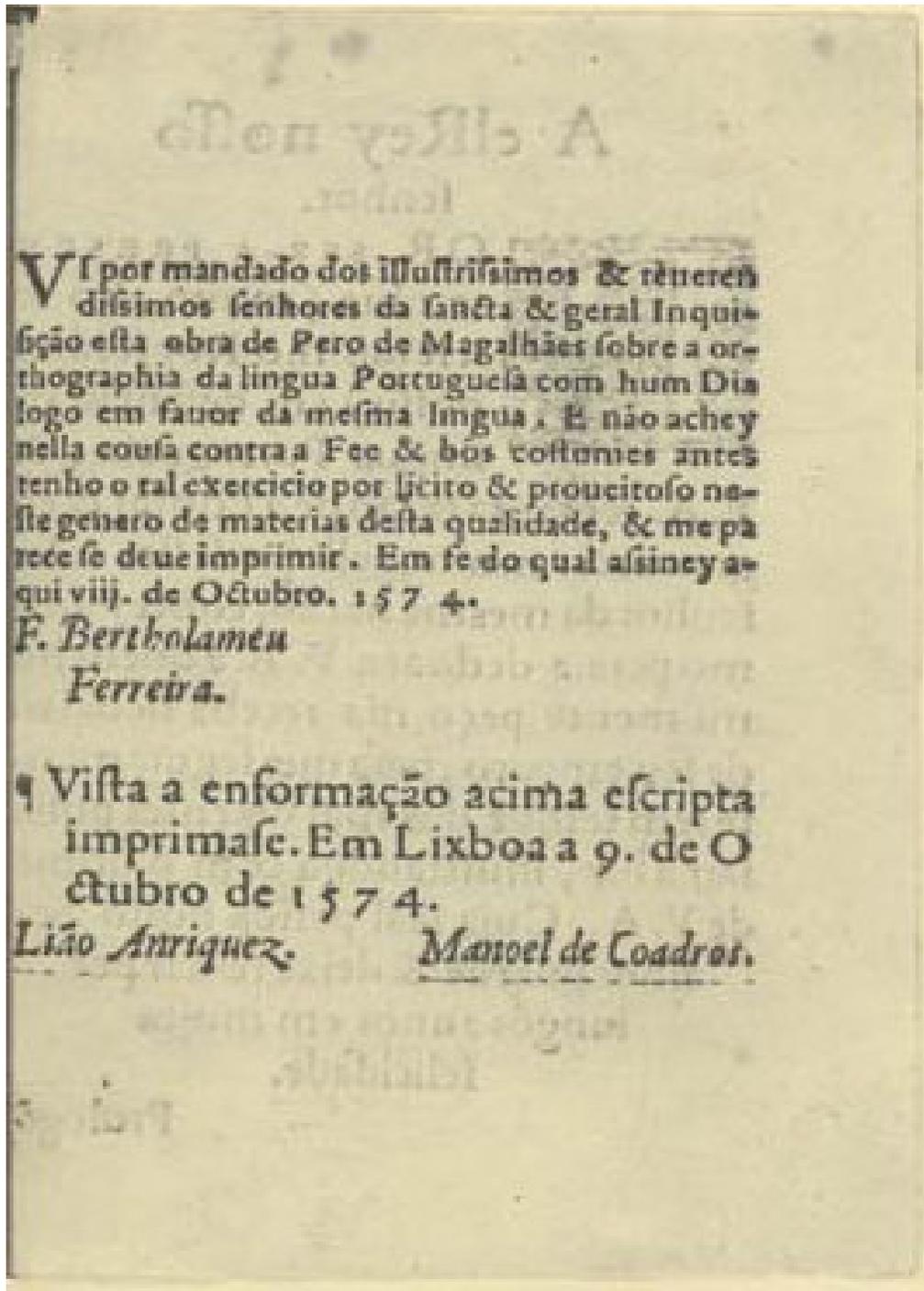


Ilustração 5--Licença da Santa Inquisição e Imprimatur, *Regras que Ensinam a maneira de Escrever*, Pero de Gândavo (1574).

A obra de João de Barros é dedicada ao “muito alto e excelente príncipe Dom Felipe, nosso senhor”. Dentre os muitos assuntos abordados na epístola dedicatória a que chama de *introdução*²⁹, encontramos a preocupação que move a escrita do autor: o desejo de ver o ensino da língua portuguesa preceder o ensino do latim. Como bem vimos no *Diálogo em Louvor*, o autor expõe seu intento de elevar em mais alta honra o idioma defendido e proclamado pelo príncipe D. Felipe, futuro senhor por excelência da língua portuguesa, símbolo de afirmação da nacionalidade. No entanto, quando a obra sai à luz o infante já havia falecido precocemente. Aliado a esse fato, D. Felipe, sendo infante, também figura como representante legítimo do público-alvo da obra proposta; aliás, é para o futuro rei que a obra é redigida — “qual será logo a linguagem que nesta tenra e delicada idade de vossa alteza mais natural e obediente vos deve ser, senão a vossa portuguesa, de que vos Deus fez príncipe e rei em esperança” (Barros, *Gramática da Língua Portuguesa*, pág. 4).

Apoiando-se em exemplos extraídos de uma das fábulas de Esopo, e de opiniões médicas acerca da criação de crianças, o autor discorre sobre questões de aquisição da linguagem nos primeiros anos de idade

Lemos muy excelente príncipe na vida de Aesopo fabulador moral, que perguntado ser um hortelã, a causa por que a terra mais facilmente criava as ervas que não recebiam benefício da agricultura, que aquelas cuja semente lhe era entregue com tantos benefícios e mimos para a criar. Respondeu que a terra era madre das ervas que per si dava, e madrasta das que nós queríamos que desse. Porque ali punha sua virtude e força na criação das próprias, como as madres em a de seus filhos: e tanta remissam nas sementes alheas, como as madrastas na criação de seus enteados.

(Barros, *Gramática da Língua Portuguesa*, pág. 3)

²⁹ lustração 6.

Ao concluir que as sementes isentas de cuidados do agricultor germinavam com mais vigor do que as que recebiam “benefícios e mimos pera a criar”, ou ainda, ao concordar que os meninos alimentados por suas mães cresciam mais fortes e saudáveis do que aqueles criados e amamentados por amas ou madrastas, João de Barros acaba por ratificar, por meio dessas ilustrações, princípios propagados pelos atuais teóricos da aquisição da linguagem. Antes de se expressar verbalmente, de modo inteligível, a criança internaliza regras do sistema lingüístico a que estiver exposta. Sendo assim, ao entrar em contato com a língua materna ainda nos primeiros meses de vida, e posteriormente, ao ser estimulado a conhecer de modo mais específico as regras de sua própria língua antes de ter contato com um outro idioma qualquer, a criança apenas desenvolve de maneira plena aquilo que já possui e a que os gramáticos chamam de gramática internalizada (ou implícita). Ao requerer que o ensino do português preceda o ensino do latim, João de Barros parece ter em vista essa realidade.

Além desses motivos, a língua portuguesa também merece ser louvada por ser fator de grande valia na evangelização dos povos conquistados:

Qual será, logo, a linguagem que nesta tenra e delicada idade de vossa Alteza mais natural e mais obediente vos deve ser, senão a portuguesa, de que vos fez Deus príncipe e rei em esperança? Aquela que em Europa é estimada, em África e Ásia por amor, armas e leis tão amada e espantosa, que por justo título lhe pertence a monarquia do mar e os tributos dos infieis da terra; aquela que, como um novo apóstolo, na força das mesquitas e pagodes de todalas seitas e idolatrias do mundo, desprega pregando **e vencendo as reais quinas de Cristo, com que muitos povos da gentilidade são metidos em o curral do Senhor.**

(Epístola dedicatória da *Gramática da Língua Portuguesa*, pág. 5. Grifo nosso.)

Acerca do trecho destacado, FRANCO (1999) nos diz:

(...) “as reais quinas de Cristo” remetem à fundação da nacionalidade portuguesa na alta Idade Média, isto é, ao momento em que se toma a

representação religiosa, através do espírito cruzadista, como elemento definidor da nacionalidade portuguesa.
(FRANCO, *Sá de Miranda e a Defesa e Ilustração da Língua Portuguesa*, pág. 194).

Ao defender desse modo o português, Barros deixa transparecer a influência do humanismo cristão em suas obras. Ainda, fazendo da língua uma arma evangelizadora, o autor adianta na epístola dedicatória um dos assuntos a serem abordados no *Diálogo em Louvor da Língua Portuguesa*. Barros cita a conversão de pouco mais de cinquenta mil almas na terra do Malabar³⁰ (região localizada no sul da Índia) e o mítico martírio de São Tomé, no mesmo local, por causa da fé abraçada. Tendo em vista a visita dos quatro principais do Malabar, que na ocasião visitariam o território português, o gramático escreve a *Cartinha para Aprender a Ler e Escrever com os Ensinamentos da Santa Madre Igreja* a fim de confirmar nestes e noutros participantes da fé católica os dogmas e doutrinas essenciais desta religião. Acerca destes novos convertidos, o autor declara:

Com zelo de aprender a tal língua, quatro dos principais deste povo (Malabar) vieram este ano, por, mais sem pejo dos empreendimentos da pátria, cá nestes reinos a pudessem melhor praticar e, por ela, aprender os preceitos da lei em que esperam acabar (...)Pois gente em quem tanto obrou a língua portuguesa, e, que o amor dela os traz tantas mil léguas, que linguagem por arte podem mais facilmente aprender senão aquela que neles obrou salvação?
(Epístola dedicatória da *Gramática da Língua Portuguesa*, pág. 5)

A obra de Gândavo é dedicada³¹ ao rei Dom Sebastião, “muito alto e sereníssimo Rey nosso Senhor”, pelo fato de ele ser senhor por excelência da nação que professa a língua que será defendida ao longo da obra. Acrescenta-se, assim, ao motivo de louvor e defesa da língua um fator

³⁰ Região ao sul da Índia. Esse episódio é narrado por Barros para ilustrar as conversões obtidas nesta terra.

³¹ Ilustração 6.

de cunho nacionalista. João de Barros, em contrapartida, dedica sua obra ao Infante, ratificando assim a intenção pedagógica de seus escritos. De fato, no *Diálogo em Defesa*, é fator predominante a exaltação da língua como elemento da soberania nacional:

Ao rei nosso Senhor.

Por ser a presente obra (muito alto e sereníssimo senhor nosso) em defesa da língua portuguesa, e Vossa Alteza ter tanta razão de a honrar e engrandecer muito, por a professar e ser senhor da mesma nação, cobrei ânimo para a dedicar a Vossa Alteza a quem humildemente peço ma receba debaixo de seu amparo, para que seguramente, sem temor dos maldizentes, possa sair a luz, ilustrando-a com o nome de Vossa Alteza, cuja real pessoa nosso Senhor guarde e deixe reinar por longos anos em muita felicidade.

(Dedicatória das *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever*)

No prólogo³² ao leitor, Barros tece explicações àqueles leitores que, prejudicados pela alteração realizada na obra que deveria ter saído à luz como um volume único, viessem a conhecer apenas parte da obra. Assim, o autor remete à *Cartinha*, no prólogo que antecede a *Gramática*, explicando os assuntos que nela foram tratados:

Em a Cartinha passada, demos arte para os meninos facilmente aprenderem a ler, com toda a diversidade de sílabas que a natureza de nossa linguagem padece. E assim lhes apresentamos os preceitos da lei e os mandamentos da Santa Madre Igreja, com o tratado da Missa, em as quais cousas convêm serem eles doutrinados porque, como diz São Bernardo, nom é cousa menos piedosa ensinar o ânimo com sapiência que dar mantimento ao corpo. Fica agora darmos os preceitos da nossa Gramática. E, por que os meninos das escolas de ler e escrever tomaram a outra parte e não esta, por ser o primeiro leite de sua criação, parece-nos que ficava esta sem fundamento, não declarando aos que virem esta somente que na primeira é o princípio, onde está dedicada ao príncipe nosso senhor.

(Buescu, *Gramática da Língua Portuguesa*, pág. 292)

³² Ilustração 7.

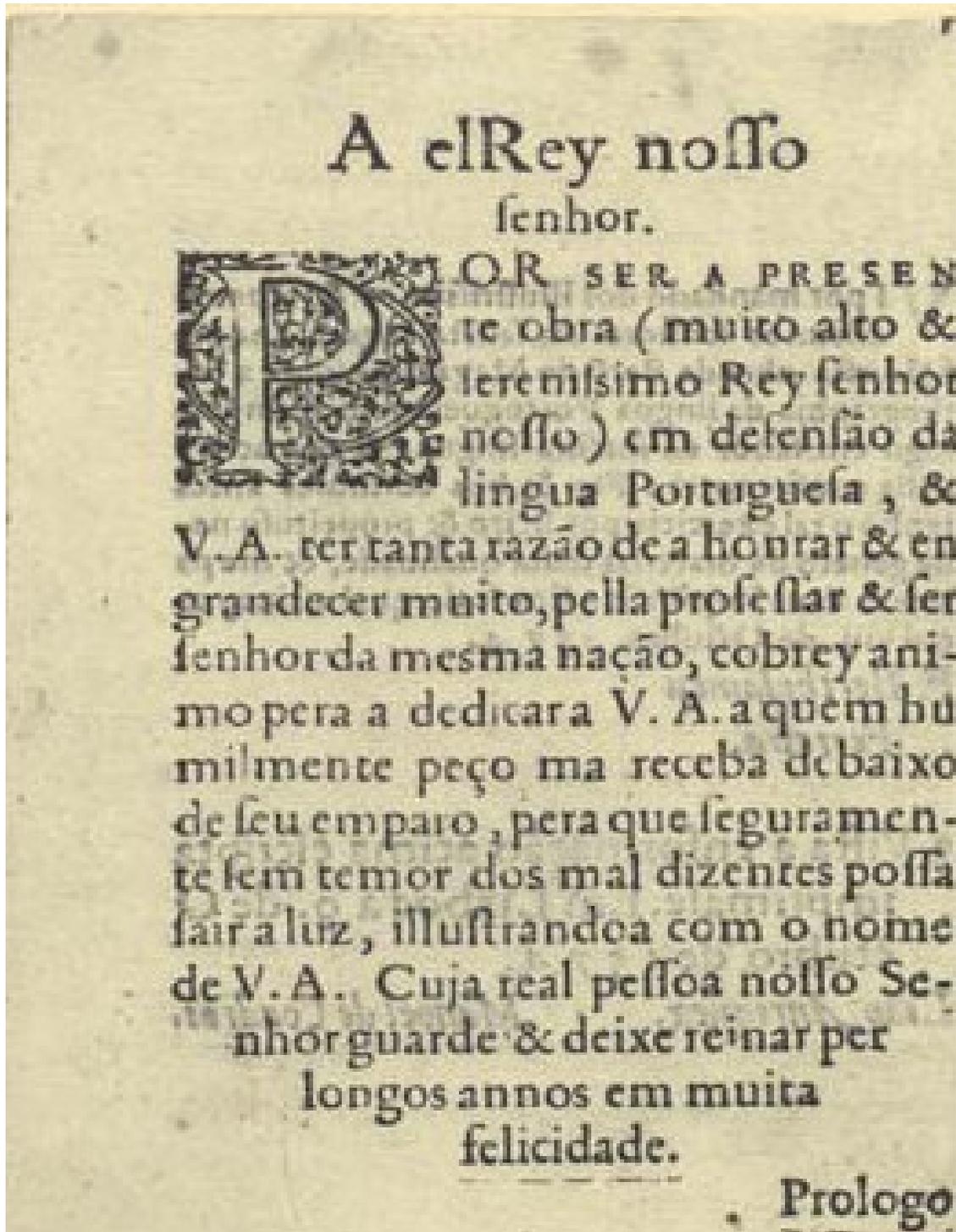


Ilustração 6—Dedicatória ao rei D. Sebastião, *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever*, Pero de Gândavo (1574).

No prólogo que Gândavo direciona aos seus leitores, o autor dirige-se ao “discreto e curioso leitor”, estabelecendo uma relação direta com seu interlocutor, fator que não acontece no *Diálogo* de Barros que, pelo contrário, dirige-se a qualquer que viesse a ler sua obra. Essa maneira de se dirigir aos leitores vai ser repetida em muitas outras obras renascentistas, tornado-se uma prática comum dos escritores do século XVI, até culminar no “desocupado leitor” do século XVII, ironizado por Cervantes, em *Dom Quixote de La Mancha*.

Ainda referindo-se ao público-leitor, Gândavo afirma que a obra fora escrita “a rogo de alguns amigos”, com a intenção de fazer com que os portugueses, “mui estragados e viciosos” na linguagem, pudessem aprender a bem escrever o idioma pátrio, a fim de não mais comprometerem a boa pronúncia da língua. Estamos, pois, diante de uma obra encomendada a fim de que, uma vez alcançados os objetivos propostos, o bom uso da língua portuguesa pudesse ser autorizado frente aos próprios falantes e aos demais. Quanto ao que o autor considerava um bom uso da língua podemos apontar a seguinte declaração: “porque com o saber bem escrever saberiam bem pronunciar os vocábulos, e com o saberem bem pronunciar ficaria a mesma língua parecendo melhor aos que a professam” (Gândavo, *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever*, pág.8). Essa parece ser, portanto, a intenção de Gândavo ao redigir suas *Regras*.

Diferentemente de seu antecessor João de Barros, que talvez se dirigisse àqueles que usavam gramática latina para ensinar, Gândavo se esmera em fazer uma obra destinada aos que “não são latinos” e não sabem

“que coisa é nome e que coisa é verbo”, isto é, aqueles que não aprenderam

direito a própria língua:

E porque nesta parte os mais dos portugueses são mui estragados e viciosos, e com inumeráveis erros que cometem corrompem a verdadeira pronúncia desta nossa linguagem portuguesa, quis fazer estas regras da ortografia, a rogo de alguns amigos, as quais trabalhei por compreender em breves palavras, como a menos dificuldade que pude para com elas aproveitar a toda pessoa que as quiser seguir. Porém, se há de entender que minha tenção não foi fazê-las senão pera os que não são latinos.

(GÂNDAVO, *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever*, pág.6)

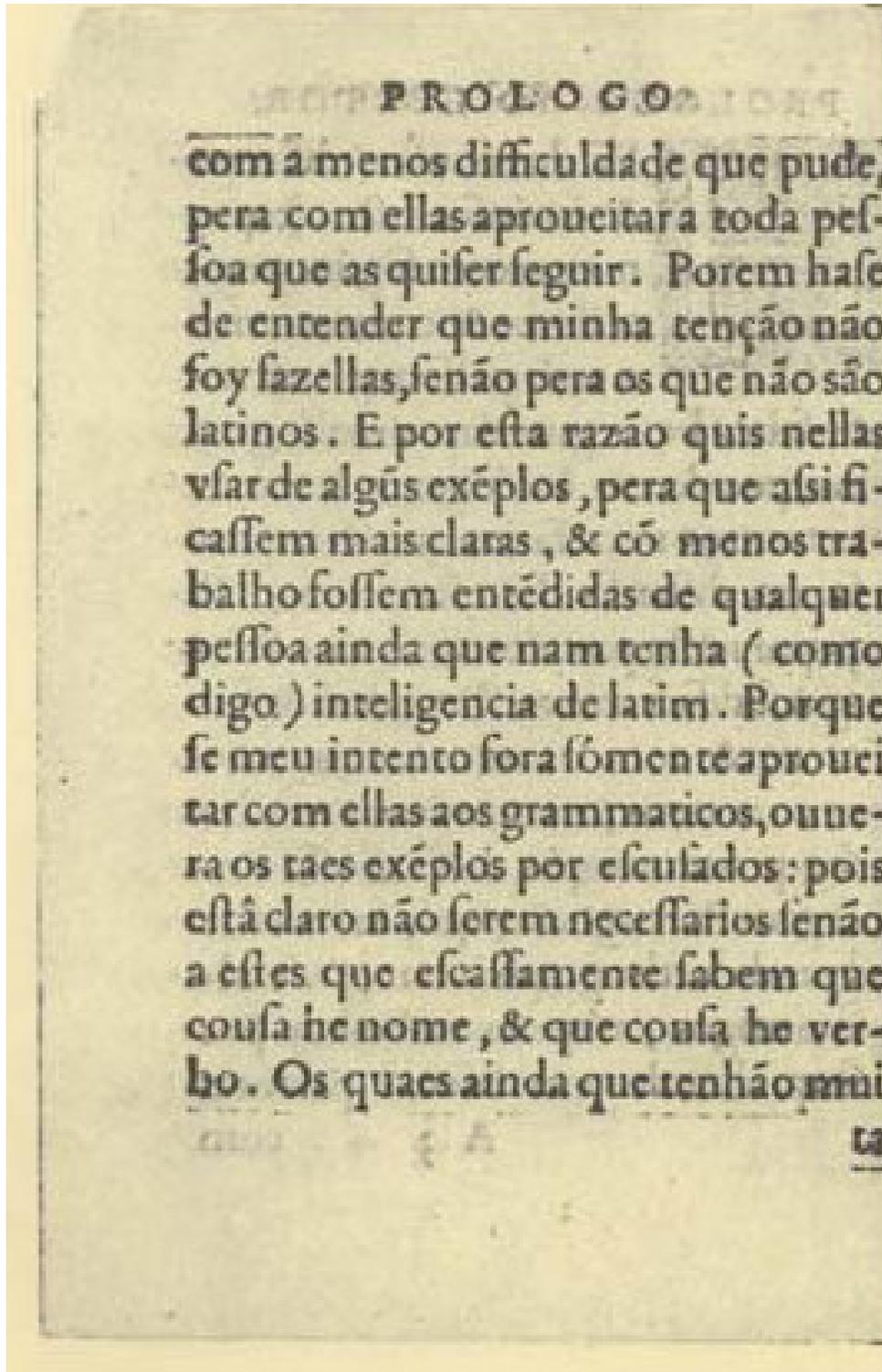


Ilustração 7- Parte do Prólogo ao leitor das *Regras*, de Gândavo (1574).

Concluimos a apresentação das partes paratextuais da *Gramática* e das *Regras* tendo bem diferenciadas as intenções dos dois autores. Enquanto João de Barros - que, na primeira metade do século, se propõe a ensinar meninos e moços - dedica sua obra ao príncipe infante confirmando suas intenções de alcançar o público infantil, as primeiras gerações, Gândavo escreve para um público adulto uma espécie de “manual de redação”.

No que toca aos dois *Diálogos*, a primeira observação a ser feita é em relação aos personagens escolhidos. Enquanto Barros tece um colóquio familiar, conversando com seu próprio filho sobre assuntos polêmicos, que diziam, porém, respeito às questões da língua portuguesa num âmbito nacional, Gândavo trava um discurso em tom de debate, em que um interlocutor português disputa com um interlocutor espanhol qual o idioma que merece o título de mais ornado e mais digno de prestígio. O autor das *Regras* não se ocupa com questões filosóficas (como aventar sobre a origem do primeiro idioma do mundo, como faz João de Barros). Antes, preferindo ater-se à questão peninsular das línguas e buscando fixar seus argumentos nas raízes da etimologia, empresta ao seu debate um peso de disputa internacional.

Gândavo preocupa-se com a etimologia do português como ponto de partida para basear suas considerações a respeito da defesa da língua. Essa preocupação com a etimologia latina vai permear as obras de outros escritores e gramáticos dos séculos XVI e XVII. Enquanto João de Barros busca nas fontes do que ele acredita ser a primeira língua do mundo o ponto

de partida e sustentação da sua obra, Gândavo apóia-se no conhecimento do sistema lingüístico de outros idiomas, como o árabe, por exemplo, para fundamentar as diferenças morfológicas entre o português e o castelhano. Um exemplo que já citamos é o fato de no castelhano algumas palavras serem pronunciadas contendo sílabas aspiradas, fator proveniente da influência do idioma árabe, resquícios decorrentes da invasão e ocupação da Península Ibérica, e a língua portuguesa não apresentar palavras com este tipo de pronúncia. Essa diferença serve de indício para que o autor das *Regras* afirme não ter o castelhano a primazia dos idiomas descendentes do latim, tal qual o tem a língua portuguesa, pelo fato de já estar corrompido por outras línguas.

Para confirmar a superioridade da língua portuguesa buscando para ela identificações com o latim, João de Barros serve-se de um poema no qual emprega uma linguagem que se quer ao mesmo tempo latina e portuguesa sem, entretanto, pertencer integralmente a nenhum desses dois idiomas. O poema, que não apresenta título, utiliza a sintaxe portuguesa e mescla palavras que podem ser interpretadas como pertencentes aos dois idiomas. Ao ser questionado por seu filho sobre a carência de vocábulos da língua portuguesa, o autor da *Gramática* dá como exemplo o poema e lhe responde em tom desafiador:

Que se pode desejar na língua portuguesa que ela [não] tenha?
Conformidade com a latina? Nestes versos feitos em louvor da nossa pátria se
pode ver quanta tem, porque assim são portugueses que os entende o
português, e tão latinos, que os não estranhará quem souber a língua latina.
(BARROS, *Diálogo em Louvor*, pág. 47)

O mesmo poemeto é utilizado por Gândavo anos mais tarde num contexto bastante parecido com o citado acima: provar a semelhança do

português com a língua latina, “madre de las otras lenguas” conforme afirmação de Falêncio, personagem castelhana do *Diálogo em Defesa*. Petrônio, a outra personagem do colóquio, evoca uma espécie de disputa ocorrida certa ocasião em Paris. Sobre essa disputa, afirma que homens de diversas nações teriam composto versos em latim, cada qual buscando vocábulos a fim de compará-los as suas respectivas línguas e assim provar qual merecia o título de mais parecida com a língua latina. Após recitar os versos outrora citados por João de Barros, os representantes portugueses teriam saído vitoriosos, contando ainda com o reconhecimento dos demais competidores sobre a inegável semelhança do português com seu idioma de origem.

Ainda procurando estreitar as semelhanças estruturais dos dois *Diálogos*, percebemos que tanto Barros quanto Gândavo estiveram preocupados em estabelecer um uso canônico da língua e suas representações. Para Barros, o canônico seria consagrado pelo uso, ou seja, “aquilo que a orelha bem receba”. Ao fazer tal afirmação, refere-se aos neologismos adquiridos pela necessidade que têm os falantes de formar novos vocábulos. Segundo o gramático, para que viessem a integrar o léxico da língua, as palavras formadas a partir de raiz latina deviam ser aceitas pelos respectivos falantes.

Sobre essa questão soma-se ainda o fato de Barros insistir que os portugueses traduzissem obras latinas, valendo-se da imprensa para tal artifício, a fim de por meio dessas traduções e aquisição de vocábulos novos e contando com as técnicas modernas de disseminação do conhecimento através da impressão tornar a língua portuguesa tão cara quanto a latina.

Gândavo, porém, foi mais específico. Para o autor, o canônico devia ser autorizado pelos escritores em língua portuguesa, tanto que ele não satisfeito em apenas sugerir o uso da língua por seus falantes e escritores cita alguns nomes de autores, estabelecendo assim o primeiro cânone, a primeira lista devidamente autorizada de paladinos da língua portuguesa.

Para além do canônico estabelecido pelo uso ou pela escrita, os dois autores tecem duras críticas. João de Barros critica o ensino de meninos e moços. O autor levanta a questão no final do seu *Diálogo* e aponta três motivos de insatisfação: a) o despreparo evidente dos Mestres-escola; b) a precedência do ensino do latim a língua portuguesa e, c) o ensino da letra tirada em detrimento da letra redonda, tida como mais simples e fácil de aprender. Os motivos de descontentamento de Barros são sugeridos ao público-leitor da obra e de um modo mais incisivo ao rei D. João III, a fim de que este tome as medidas cabíveis para a transformação do quadro apresentado. É interessante notar a preocupação de João de Barros em dirigir o pedido de mudança no ensino de meninos e moços, um ensino básico, digamos assim, ao rei D. João III, pois na ocasião o monarca estava empenhado com as reformas estruturais e metodológicas da Universidade de Coimbra, a fim de torná-la um grande centro de difusão do saber. Não seria muito dizer que o pedagogo parece reconhecer nesse pedido uma premissa, que se sustenta hodiernamente: a menos que se invista num ensino de qualidade que venha da base, dos primeiros anos de aprendizagem, de nada adiantará requerer desses discípulos mal-orientados um desempenho admirável nos altos estudos da Academia.

Apesar de ter exercido ofício de professor de Latim, Gândavo não se detém em questões pedagógicas, como as apresentadas por seu antecessor. As críticas que apresenta são em relação aos próprios falantes da língua portuguesa e a alguns de seus escritores que não se valiam dela para escrever e publicar suas obras.

Todas as motivações por eles apresentadas tiveram um objetivo em comum: buscar semelhanças da língua portuguesa com o latim, a fim de legitimar a soberania da língua a que os dois autores se propunham louvar e defender.

Assim, seja destinado aos meninos e moços nos primeiros anos de aquisição e consolidação da linguagem, seja aos que, mesmo depois de alfabetizados continuavam ignorando a fluida ortografia da língua portuguesa, o objetivo dos autores em seus *Diálogos* converge para um mesmo ponto: autenticar a língua que professavam, tornando-a um sistema lingüístico coeso e bem arquitetado, capaz de representar legitimamente uma nação que, por ora, ganhava prestígio e fama internacionais devido às grandes descobertas de Quinhentos.

Conclusão

Para finalizar a exposição desses diálogos que se propuseram a exaltar a língua portuguesa, conferindo-lhe status de dignidade diante da hegemonia do latim como língua de cultura até o início do século XVI, não podemos deixar de lembrar que mediante a atitude desses paladinos da língua vimos lançadas as bases para o que hoje concebemos como a língua portuguesa moderna. Os *Diálogos*, na verdade, são o testemunho do nascimento da língua portuguesa como língua de cultura.

Ainda hoje vemos entre as comunidades falantes da língua portuguesa manifestos em favor e defesa da mesma que até poderíamos comparar aos diálogos analisados neste trabalho. Não são raros os movimentos em defesa de uma língua pura, incorruptível, livre de estrangeirismos que lha possam corromper e deturpar a “essência”.

Língua oficial de oito países ao redor do mundo, a língua portuguesa encontra-se muito longe da visão romantizada, como ainda querem alguns, de língua una e coesa, homogênea em todo território onde é professada. Entretanto, há aqueles que ainda acreditam que a língua a que se pode chamar portuguesa de fato está em Portugal, ao passo que as variações dialetais enriquecidas por outras línguas e espalhadas onde o português é idioma oficial não passam de versões corrompidas da língua de Camões.

As noções de variação, dialeto e demais mecanismos que conferem à língua um dinamismo próprio costumam, ainda hoje, ser confundidos com a idéia de “corrupção”. No entanto, é preciso lembrar que a língua é um organismo vivo e dinâmico, passível de sofrer mudanças que, desde que não afetem sua estrutura, individualizarão os falantes de diferentes locais onde for professada. O próprio João de Barros se mostrou a favor da aquisição de empréstimos de vocábulos advindos das línguas dos povos conquistados.

Manifestações a favor de uma língua pura, livre de estrangeirismos ainda encontram espaço no Brasil. Tal como pudemos observar nos diálogos

analisados neste trabalho, que buscavam exaltar os pontos favoráveis da língua por meio de comparações a fim de comprovar sua superioridade, alguns movimentos em favor de uma língua livre de fatores que lhe possam corromper têm exercido esse papel.

Os mais conhecidos talvez sejam os que levantam bandeiras a favor da valorização nacional, contra as influências estrangeiras (sobretudo norte-americanas) no campo da cultura e principalmente no léxico da língua através da incorporação de estrangeirismos.

O caso mais acentuado no Brasil talvez tenha sido o Projeto de Lei número 1676-D, de 1999, apresentado pelo então deputado Aldo Rebelo à Câmara, em que previa aplicação de multas àqueles que utilizassem palavras provenientes da língua inglesa. Palavras do próprio autor do projeto (que foi aprovado pela Câmara, mas não alcançou o mesmo resultado no Senado), a lei tinha a intenção de resguardar a língua de palavras de línguas estrangeiras consideradas dispensáveis ao léxico dos falantes brasileiros:

Mais que uma lei, queremos criar um Movimento Nacional de Defesa da Língua Portuguesa. Sem xenofobia, e reconhecendo a incorporação de necessários vocábulos estrangeiros ao longo dos séculos, mas com altivez e tenacidade, é possível resgatar o idioma da desnacionalização, do ostensivo bilingüismo que o desfigura e infunde nos brasileiros a deprimente conclusão de que a língua é feia, limitada e vaga. Apesar das regras por vezes tortuosas, o português é belo, pródigo e preciso, dotado de recursos léxicos suficientes para acompanhar as inovações, descobertas, invenções e mudanças que transformam o mundo.³³

Decerto, o deputado quando redigiu tal projeto desconhecia o fato de que a língua portuguesa, bem como as demais línguas espalhadas ao redor do mundo, não sofreria quaisquer ameaças quanto a sua estrutura valendo-se de vocábulos da língua inglesa ou de qualquer outra. Já no século XVI,

³³ - Extraído do site <http://www.camara.gov.br/aldorebelo/bonifacio/linguaport/novprojeto.htm>. Último acesso em 03 de maio de 2008.

Barros defendia a adoção de palavras dos idiomas de territórios conquistados pelos portugueses. Outro equívoco que o parlamentar comete está no fato de considerar, tal como comentamos anteriormente, que o seu idioma nacional é uno e coeso em todo território brasileiro:

Ora, um dos elementos mais marcantes da nossa identidade nacional reside justamente no fato de termos um imenso território com uma só língua, esta **plenamente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão**, independentemente do nível de instrução e das peculiaridades regionais de fala e escrita. Esse - um autêntico milagre brasileiro - está hoje seriamente ameaçado.³⁴
(Grifo nosso)

O que dizer então, dos dialetos que individualizam os falares regionais brasileiros? Afirmar que a língua que se fala no Brasil é “plenamente compreensível por todos os brasileiros” é no mínimo desconhecer tais individualidades.

Apesar dos exageros, como os contidos no projeto de lei, é interessante notar que a questão levantada no século XVI ainda ecoa nos dias de hoje, despertando sentimentos de valorização do idioma materno que refletem, ao mesmo tempo, sentimentos de valorização da nacionalidade.

A mesma preocupação com a ortografia que levou Gândavo a escrever suas *Regras* encontra, hodiernamente, espaço de representação nas relações internacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que, tendo em vista uma uniformização dos textos impressos em qualquer país luso-falante propôs e aprovou uma reforma ortográfica da língua que, já no Brasil, deve entrar em vigor a partir do ano de 2009. As mudanças têm gerado reações de todo tipo.

³⁴ -- Extraído do site <http://www.camara.gov.br/aldorebelo/bonifacio/linguaport/novprojeto.htm>. Último acesso em 03 de maio de 2008.

Hoje, não mais vemos questões como as levantadas por João de Barros e Gândavo que requeriam para a língua portuguesa uma dignidade que esta ainda lutava, por meio de seus escritores e falantes, para alcançar. Entretanto, ainda podemos ouvir ecoar resquícios dessas reivindicações quando lemos projetos de leis como o citado acima, ou quando ouvimos falantes de diversos lugares do mundo que se expressam em português erguendo suas vozes e clamando pela valorização da língua. Língua que tendo sido representante do mais antigo país de fronteiras fixas da Europa conquistou novos mundos por meio das viagens de além-mar, catequizou indígenas e hoje, pode ser vista e conhecida internacionalmente como uma língua digna de prestígio, capaz de expressar altos conceitos. Língua perfeitamente reconhecida como idioma materno de grandes escritores que, estendendo a lista de Gândavo, compõem o cânone literário de países lusófonos como Camões, Fernando Pessoa, Carlos Drummond de Andrade, Machado de Assis, Mia Couto, Ondjaki, José Saramago — primeiro escritor a receber o prêmio Nobel de Literatura em Língua Portuguesa— e tantos outros.

Os diálogos aqui apresentados figuram como bons exemplos de um gênero literário não muito estudado no meio acadêmico, mas que no século do Renascimento funcionou como um apto instrumento para discussão de idéias e questões várias. Os diálogos não eram as gramáticas, tratados e regras de ortografia tão em voga no século XVI. Porém, por estarem apenas a essas publicações gramaticais funcionaram como um ótimo exemplo do que se convencionou chamar de “literatura de especulação”, almejando, em dois momentos distintos da consolidação do idioma vernáculo, uma mesma

intenção: num primeiro momento, ver a língua portuguesa tão ornada quanto o latim e, posteriormente, vê-la —“senhora de si, soberba e altiva”— superar o prestígio e a influência do castelhano.

Cinco séculos depois, a defesa e o louvor dos gramáticos já apresentam sólidos resultados. A “portuguesa língua”, de Barros, Gândavo, Ferreira e tantos outros, floresceu, enfim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSELMO, Antônio Joaquim. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926.

BARROS, João de. *Gramática da Língua Portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971. [Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu Typographum, 1540]

_____. *Décadas*. Seleção, prefácio e notas de Antônio Baião. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945.

BARROS, João de./GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Diálogo em louvor da nossa linguagem (1540) e Diálogo em defesa da Língua Portuguesa (1574). Fac-símiles das edições de 1540 e 1574, edição, introdução e notas por Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2007.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Introdução. In: *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortografia da língua portuguesa, com um diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*. Fac-símile da edição de 1574. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

_____. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Biblioteca Breve, vol. 18, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

_____. Introdução. *Gramática da Língua Portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

_____. *O estudo das línguas exóticas no século XVI*. Biblioteca Breve, vol. II, 1983.

_____. "A quem não falecer matéria não lhe falecerão vocábulos" João de Barros e a língua portuguesa. In: *Oceanos. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento*. Número 27 ---julho/setembro 1996.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. Volume I.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 42, 227-228 e 230.

CASTELO BRANCO, Fernando. As Cartinhas quinhentistas e o humanismo. In: *O Humanismo Português. 1500-1600*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1988.

CATÁLOGO DOS QUINHENTISTAS PORTUGUESES DA BIBLIOTECA NACIONAL. Organização: Ana Virgínia Pinheiro e Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.

DU BELLAY, Joachim. *La defence et illustration de la langue fraçoise*. Paris: Arnoul l'Angelier, 1549.

FERREIRA, Antônio. *Poemas Lusitanos*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, à custa de Estevão Lopes, 1598.

_____. *Poemas Lusitanos*. Edição crítica, introdução e comentário de T.F. Earle. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2000.

FRANCO, Márcia Arruda. "Sá de Miranda e a Defesa e Ilustração da Língua Portuguesa". *Scripta - lingüística e filologia*. Volume 2, número 4, 1º semestre, 1999.

FRIEDLEIN, Roger (org.). *El diálogo renacentista el la Península Ibérica*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2005.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e a Orthografia da Língua Portuguesa com um Diálogo que adiante se Segue em Defensão*

da Mesma Língua. Introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Biblioteca Nacional, Lisboa, 1981.

_____. *Tratado da província do Brasil*. Reprodução fac-similar do manuscrito n. 2026 da Biblioteca Sloniana do Museu Britânico. Edição preparada pelo Professor Emmanuel Pereira Filho. Rio de Janeiro: INL/ MEC, 1965.

_____. *História da Província Sancta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: Antônio Gonçalves, 1576.

GENETTE, Gerard. *Seuils*. PUF, Paris: 1987.

GODARD, Anne. *Le dialogue à La Renaissance*. Paris :Puf, 2001.

GROSSE, Max. *Aspectos antropológicos del dialogo renascentista*. Disponível em: www.humanismolatino.online.pt/vl/pdf/COO3-OIO.pdf

HUE, Sheila Moura e MENEGAZ, Ronaldo. Introdução. In: *A Primeira História do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Jorge Zahar Editor, 2004.

HUE, Sheila Moura. Introdução. In: *Antologia de Poesia Portuguesa/ Século XVI* Camões entre seus contemporâneos. Editora 7Letras, 2004.

_____. Introdução. In: *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2007.

LEÃO, Duarte Nunes. *Orthografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: João de Barreiras editor, 1576.

MARNOTO, Rita. *Humanismo y Renacimiento*. In: *Historia de la Literatura Portuguesa*. Edição de José Luis Gavilanes y António Apolinário. Cátedra y estúdios literários: Madrid, 2000.

MATOS, Luís de. O ensino na corte durante a dinastia de Avis. In: *O Humanismo Português. 1500-1600*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1988.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. No alvorecer da modernidade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MOURA, Vasco Graça. *Sobre Camões, Gândavo e outras personagens- Hipóteses de história da cultura*. Porto: Campo das Letras Editores, 2000.

NASCIMENTO, Maria Teresa. Modelos clássicos no diálogo quinhentista português. In: *IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*.

Disponível em: www.eventos.uevora.pt/comparada/VolumeII/

NEIVA, Hehl. A obra de Pero de Magalhães Gândavo. In: *Cultura Política*, nº. 21, página 83.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)*. Edição facsimilada. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 2000.

OSÓRIO, Jorge Alves. *Entre a tradição e a inovação; Sá de Miranda na esteira de Garcilaso: em torno do debate poético da écloga Alexo*. Separata da Revista Línguas e Literaturas. II série, v. 1, p. 47-103, 1985.

_____. O Diálogo no Humanismo português. In: *O Humanismo Português. 1500-1600*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1988.

PLATÃO. *Diálogos* (O Banquete, Fédon, Sofista e Político). Seleção de textos de José Américo Pessanha. Tradução e notas de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikaat e João Cruz Costa. Nova Cultural, 1987.

RAMALHO, Américo da Costa. João de Barros, humanista. *In: Oceanos. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento*. Número 27- julho/setembro, 1996.

SANTOS, Maria José de Moura. Nota sobre o movimento quinhentista de 'defesa e ilustração' das línguas vulgares. *Biblos*, LI, 1975.

SÁ DE MIRANDA, Francisco de. *Obras Completas*. 3ª edição. Lisboa: Sá da Costa, 1976 e 1977.

SARAIVA, Antônio & Óscar Lopes. *História da Literatura Portuguesa*, Lisboa: Companhia Brasileira de Publicações, 1975.

SARAIVA, Antônio José. *História da Cultura em Portugal*. Volume I. Lisboa: 1950.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: INCM, 1994.

SÉRGIO, António. *Interpretação da história de Portugal*. Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1989.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

VALDÉS, Juan de. *Diálogo de la lengua [1535]*. Edição e notas por José Montesinos. Madri: Espasa- Calpe, 1964.

VASCONCELOS, Jorge Ferreira de. *Comedia Eufrosina*. Texto de la edición príncipe de 1555 com las variantes de 1561 e 1566. Edição, prólogo e notas de Eugenio Asensio. Madri: Instituto Miguel de Cervantes, 1951.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)